

Informações econômicas

novembro/89

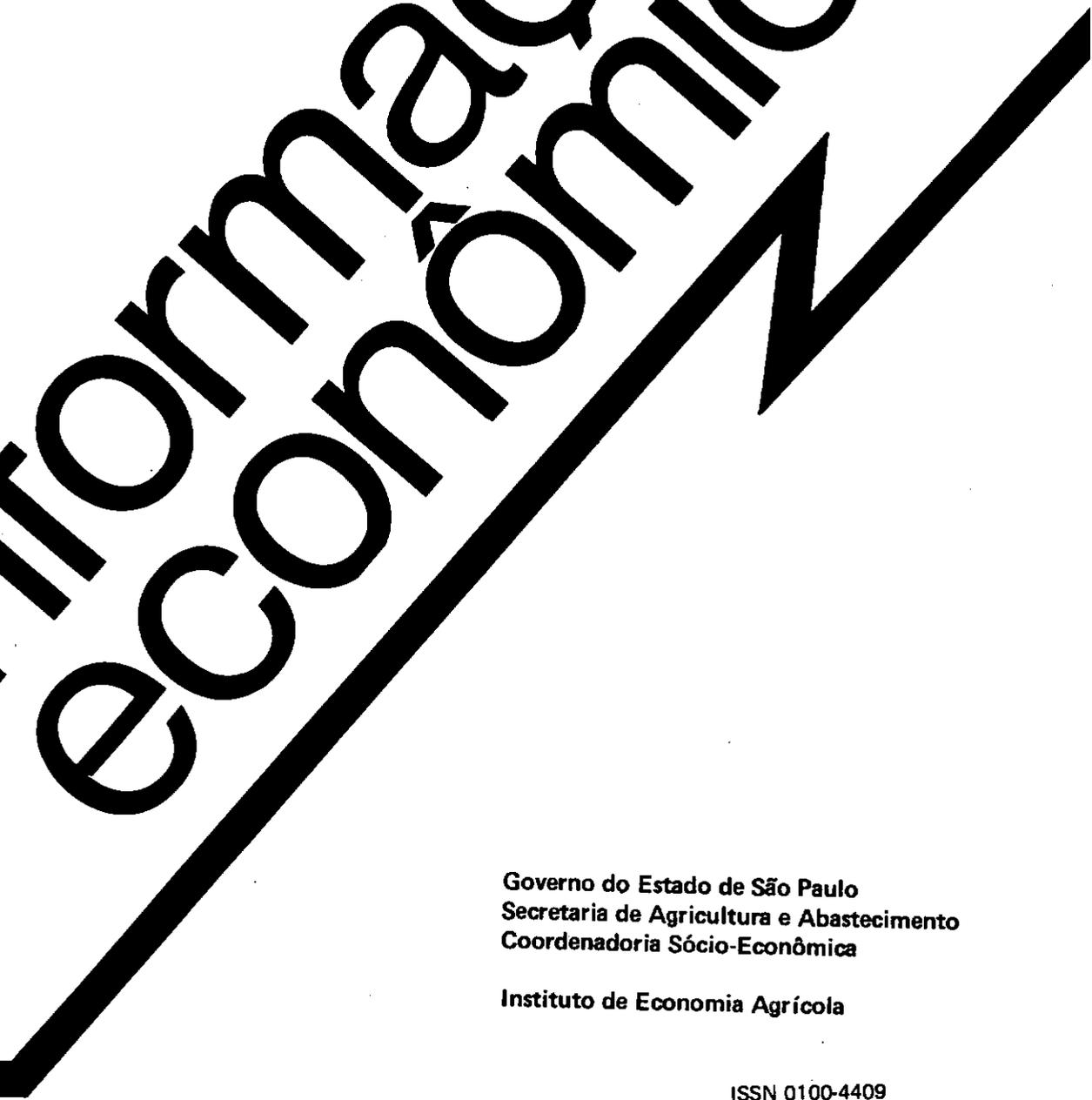
PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90

Café, Cana-de-açúcar, Banana, Laranja,
Pecuária de Leite, Pecuária de Corte,
Suinocultura, Avicultura



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola

Informações econômicas



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA	11
3 - MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS	16
4 - ANÁLISE DE PRODUTOS	26
Café	26
Cana-de-açúcar	36
Fruticultura	48
Banana	48
Laranja	55
Pecuária de Leite	64
Pecuária de Corte	72
Suinocultura	79
Avicultura	84

EDITORIAL

O comportamento de preços médios de produtos alimentícios no mercado varejista da cidade de São Paulo, em novembro, apresenta como novidade o fato de que o índice do IEA, que mede o custo da alimentação no domicílio, ultrapassou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Assim, enquanto a família média paulistana gastou 52% com alimentação este mês, o IPC registrou alta de 41,42%, ou seja, 26% a mais.

À primeira vista, isto pode ser sintoma de que a alimentação, que vinha ajudando a conter o ímpeto inflacionário, tende agora a entrar no rol daqueles itens que puxam o custo de vida para cima. De outro ângulo, é possível que o setor agrícola possa estar começando a transpor uma das barreiras mais críticas no que se refere à relação de trocas. No período de outubro de 1988 a outubro de 1989, o índice geral de preços pagos pelos agricultores (IPP) cresceu 1.418,3%, enquanto o índice de preços recebidos (IPR) evoluiu de apenas 878,4% no mesmo período. Ou seja, o setor agrícola passa por um dos mais graves processos de descapitalização e de elevação dos custos de produção, exatamente no momento em que está terminado o plantio da safra 1989/90.

Contudo, isto não deverá servir de alento no que se refere às previsões para o próximo ano, quando então o novo Presidente assumirá o cargo com perspectivas de enfrentar uma oferta apertada de produtos agrícolas e a escassez de recursos para a comercialização da safra. No tocante às culturas perenes e pecuária, tema do Prognóstico Agrícola que circula nesta edição, 1990 também não promete muito.

No caso do café, estima-se que o revés nos preços sofrido pelo produto no mercado internacional deverá ser um dos responsáveis pela redução de até 50% no potencial produtivo nacional, com reflexos na disponibilidade para o consumo interno e exportações. Para a laranja, a expectativa é de colheita ao redor de 260 milhões de caixas, inferior à atual, o que pode ajudar na recuperação das cotações do suco no mercado internacional. Quanto à cana-de-açúcar, a produção deverá repetir a de 1989, o que reforça a previsão de crise no abastecimento de álcool e açúcar.

Em relação à pecuária, o próximo Governo tem espaço para atuar em setores de resposta rápida, como são os casos da avicultura, suinocultura e pecuária de leite, não só através de estímulos específicos mas sobretudo de uma política de rendas, que implique em melhorar o poder aquisitivo da população.



artigo especial

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90:

café, cana-de-açúcar, banana, laranja, pecuária de leite, pecuária de corte, suinocultura, avicultura

Alberto Veiga, Alfredo de Almeida Bessa Junior, Antonio Ambrósio Amaro, Claus Floriano Trench de Freitas, Célia Regina R.P. Tavares Ferreira, Cesar Roberto Leite da Silva, Elcio Umberto Gatti, Eloisa Elena Bortoleto, Francisco Antonio Assef Salit, Geni Satiko Sato, Hiroshige Okawa, José Luiz Teixeira Marques Vieira, Luiz Henrique Perez, Malimíria Norico Otani, Maria Lúcia Maia, Mario Antonio Margarido, Marli Dias Mascarenhas, Nelson Giulietti, Regina Junko Yoshii, Sílvia Toledo Arruda, Valéria da Silva Peetz Wedekin⁽¹⁾

1 - INTRODUÇÃO

O Brasil deverá entrar na década de 90 com o volume de produção agrícola comprometido, pois as estimativas indicam uma redução na área de plantio das culturas anuais (de verão) que varia de 1% a 5% no agregado do País dependendo da fonte, com redução de até 12% na área de arroz. Para o Estado de São Paulo, em geral, a tendência para as várias culturas é semelhante à do País, com magnitudes diferentes: -1,2% para a área total e -6% para o milho.

De outra parte existem expectativas de expansão de área para o feijão das águas (20% no Brasil e 50% em São Paulo), para o algodão e amendoim e de redução da área plantada com batata e soja.

Para as culturas perenes, 1990 também se mostra nada promissor, uma vez que se admite redução de produtividade em função da menor utilização de insumos agrícolas. Assim, mesmo no caso da cana, espera-se no máximo uma produção idêntica à de 1989, antevendo-se uma crise na oferta de álcool e de açúcar. Na pecuária, existe uma situação com possibilidade de expansão, cuja intensidade estará dependendo de políticas governamentais de intervenção no mercado. Contudo, dada a existência de estoques de arroz, milho e soja acumulados de safras anteriores, não se prevê que venha a haver uma escassez generalizada de alimentos.

Este cenário, que se manifestará em 1990, é fruto da situação vivida pela agricultura brasileira no segundo semestre de 1989, que en-

frentou taxas elevadas de juros, preços internacionais declinantes, perda de poder de troca em torno de 30%, indefinição da política governamental para o setor e instabilidade da política econômica.

Dessa forma, dependendo da política de estabilização e de distribuição de renda a ser adotada pelo novo Governo no início de 1990, o nível do choque de preços agrícolas poderá ser atenuado ou agravado, fruto da menor oferta agrícola e dificuldades em agilizar importações no curto prazo. Tal situação já foi desenhada pelo atual Governo, a partir de setembro último, em função das dificuldades de conduzir uma política econômica que evitasse uma hiperinflação ainda em 1989.

Além disso, é importante ressaltar que os níveis de preços recebidos pelos produtores na próxima safra irão depender da agilidade que o próximo Governo terá para viabilizar recursos para sua comercialização, uma vez que até o presente momento nada foi definido.

Talvez nunca no passado recente, a agricultura tenha se defrontado com tal grau de incerteza: sucateamento da política agrícola em vigor, falta de novas formulações, instabilidade econômica e elevada taxa de juros reais que desestimulam os produtores e os agentes de comercialização a carregarem estoques para produtos tão sazonais como são os produtos agrícolas.

Por outro lado, no limiar de uma nova dé-

⁽¹⁾ Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

cada, o Brasil vive a expectativa da reorientação política e econômica, em que se destaca a necessidade de uma recuperação na agricultura de um País com 142 milhões de habitantes, enorme área para cultivar e uma sólida tradição agrária, mas que, paradoxalmente, tornou-se, em alguns momentos, importador de alimentos. Sem impactos e com humildade, parece que se deverá restabelecer o vigor na produção agrícola, um setor capaz de dar rápidas respostas, de modo que nos próximos anos se possa ter safras abundantes, suprimindo as necessidades internas e gerando produção para um mercado internacional, que se afigura crescente e com perspectivas de maior liberação do comércio pela gradativa eliminação de barreiras alfandegárias e abertura de novos mercados.

Na área da agricultura e pecuária, com a necessidade de se produzir em larga escala para um mercado ávido por alimentos de boa qualidade, os setores comercial e agroindustrial terão amplas oportunidades para crescer.

Nesse mesmo cenário, o agricultor, a despeito de sua recente descapitalização, deverá ser reconhecido como empresário que investe e corre riscos em busca de lucros legítimos, enquanto os consumidores deverão ser atendidos com seus direitos de cidadania plenamente protegidos.

Assim, com o intuito de analisar e procurar fornecer elementos para tomadas de decisões, é que o Instituto de Economia Agrícola desenvolveu este trabalho que procura traçar com mais detalhes o panorama descrito.

-Introdução

Provavelmente 1989 passará para a história da política agrícola brasileira como o ano em que o principal de seus instrumentos – o crédito rural institucionalizado – esteve às portas da total desestruturação. Com efeito, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) está, nos dias atuais, passando por dificuldades sem precedentes e arrastando, no mesmo rumo, a safra de verão 1989/90, destacando-se dois graves fatos: menos dinheiro e maiores custos.

Menos dinheiro advém da drástica redução da participação do Tesouro Nacional, através das operações oficiais de crédito, que representou 37% e 25% do total do crédito rural institucional concedido em 1987 e 1988, respectivamente. Menos dinheiro – em razão da crescente inflação – também resultou da queda experimentada pelos depósitos à vista no sistema bancário, dos quais uma parcela é compulsoriamente aplicada em crédito rural. Finalmente, menos dinheiro vem sendo captado pela caderneta de poupança rural, em face dos melhores rendimentos oferecidos por outros investimentos.

Os maiores custos resultam da tentativa do Governo em manter a taxa de inflação sob controle, através do "enxugamento" de recursos, atraindo-os por meio dos juros do "overnight". Por este mecanismo, têm sido acenadas ao aplicador taxas de juros reais de cerca de 2% a 4% ao mês, bastante superiores às da caderneta de poupança. Uma consequência desses dois fatos é que as disponibilidades de recursos para custeio rural, anunciadas pelo Banco Central em agosto último, eram 23% (em termos reais) inferiores às aplicações de 1988, as quais, por sua vez, já haviam caído 34% em relação a 1987. A segunda consequência é que o produtor que não puder contar com os exíguos recursos das exigibilidades bancárias (que custam correção monetária mais 12% a.a.), terá que tomar empréstimos a juros reais nunca inferiores a 24% a.a.

Não se espera nos próximos meses, uma reversão deste quadro. De um lado, porque os recursos federais para crédito rural continuarão escassos no futuro previsível. De outro lado, porque não há perspectivas de mudança da política de juros em relação à inflação, até que surjam condições para que esta seja debelada.

Uma análise mais detalhada da situação financeira do produtor, com vistas à safra 1989/90, deve considerar dois aspectos que condicionam os recursos de que poderia dispor: a conjuntura financeira decorrente da comercialização da safra 1988/89 e as perspectivas quanto aos recursos a serem utilizados no período entrante.

-A Conjuntura Financeira

O setor agrícola tem enfrentado, no decorrer de 1989, uma acentuada perda de renda em consequência de fatores ligados ao mercado, mas, principalmente, em função da política de estabilização promovida desde janeiro pelo Governo Federal.

O chamado Plano Verão, lançado cerca de dois meses antes do início da colheita da safra 1988/89, da Região Centro-Sul, foi originalmente idealizado para implementação em curto espaço de tempo, durante o qual seriam adotadas medidas restritivas sobre o orçamento público, podendo então ser levantados seus componentes de curto prazo, quais sejam, o congelamento de preços e o controle da demanda pela elevação da taxa de juros. Sob este modelo, a safra já seria colhida em condições normais de mercado e sua comercialização não seria afetada por fatores exógenos.

No entanto, cedo constatou-se a inviabilidade política desse projeto, que encontrou fortes obstáculos no Congresso Nacional, de cuja aprovação dependeriam as Medidas Provisórias em que o mesmo se baseava. Desta forma, a comercialização da safra transcorreu em plena vigência de severa intervenção do Governo nos mercados agrícolas.

Sob tais circunstâncias, a renda agrícola em 1989 foi condicionada por limitações que resultaram em baixa receita líquida, o que já antecipava – independentemente de outros problemas – um difícil financiamento da safra 1989/90. A seguir, apresenta-se um resumo das principais limitações surgidas em função daquelas medidas de política econômica:

a) A combinação entre a pequena disponibilidade de recursos para financiar a comercialização da safra (somente cerca de 30% dos recursos anunciados foram efetivamente aplicados), as elevadas taxas de juros do mercado financeiro e o congelamento dos preços e da taxa de câmbio reduziram fortemente as expectativas de ganhos dos produtores. Isto ocorreu, de um lado, pelo controle dos preços e, de outro, pelo estímulo à aplicação de recursos no mercado financeiro, ao invés de na compra e manutenção de estoques físicos;

b) Os financiamentos de custeio referentes à safra 1988/89, em parte lastreados em recursos captados através da caderneta de poupança rural, passaram, com a Medida Provisória nº 32, a ser onerados pelas mais altas taxas de juros do mercado. Apesar de o Governo concordar com a necessidade de corrigir essa situação, não lhe foi possível encontrar uma fórmula de compensar o Banco do Brasil pelas perdas em que este incorreria, a não ser em junho, quando a colheita já havia se encerrado e grande número de produtores (sobretudo os de soja e café) ainda se encontravam com a safra nas mãos, a espera de uma decisão. Entretanto, desde esse mês, os preços já se encontravam em queda, não havendo mais como recuperar a renda perdida;

c) Ainda com respeito ao crédito institucional, a situação financeira do produtor, na atual conjuntura, foi também afetada pela escassez de recursos para EGF e AGF, obrigando-o a financiar a comercialização com recursos próprios ou crédito de elevado custo. Além disso, em data mais recente, baixou-se a Lei nº 7.799, de 10/07/89 e a Medida Provisória nº 83, de 31/08/89, que obrigam o pagamento de correção monetária adicional de 14,83% sobre os saldos devedores superiores a 2.500 OTNs (em 15/01/89) dos financiamentos contraídos antes do Plano Verão;

d) O seguro do crédito rural – o PROA-

GRO – também tem pesado sobre os produtores, tanto em razão do aumento do adicional, como também pelo atraso no exame dos processos submetidos à Comissão Especial de Recursos, que já montam aos milhares;

e) Ainda no primeiro semestre de 1989, por força do dispositivo constitucional que trata do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), elevou-se substancialmente a carga tributária sobre a produção agropecuária, principalmente, pela incidência desse imposto sobre os insumos agrícolas, a pretexto de que o produtor poderia beneficiar-se dos créditos. Na prática, porém, esse sistema não tem tido condições de se efetivar, tanto pelo desconhecimento do produtor, quanto aos meios para fazê-lo. Patentear-se, portanto, a bi-tributação sobre o produto agrícola, cujo peso adiciona-se às perdas de renda já apontadas; e

f) Alguns produtos, em especial, têm sido mais atingidos pela descontinuidade da política econômica, com implicações sobre seus custos e renda. Os produtos cujo comércio é administrado pelo Governo pertencem a este rol, pois dependem fundamentalmente de fixação de preços e de esquemas financeiros ligados a recursos e controles federais. Este é o caso do leite, trigo, café, cana-de-açúcar e cacau, alguns dos quais tratados especificamente em outras partes deste Prognóstico.

Ante esse quadro, chega-se ao período do ano em que maiores dispêndios devem ser realizados – seja no plantio, seja em adubação e outros tratamentos culturais, seja em novos investimentos – , sob uma conjuntura financeira desfavorável ao produtor. A possibilidade deste superar os entraves acima apontados depende das disponibilidades de recursos de crédito a curto prazo, que serão examinadas a seguir.

–Situação das Fontes de Recursos

O Sistema Nacional de Crédito Rural dispõe, atualmente, de cinco fontes possíveis de recursos, a saber: recursos obrigatórios (exigibilidades), recursos livres, recursos da caderneta de poupança rural, recursos provenientes de fundos e programas de fomento e recursos oriundos do Tesouro Nacional.

As exigibilidades (recursos obrigatórios que as instituições financeiras devem destinar

ao crédito rural) sofreram recentemente (Resolução BACEN nº 1.644, de 26/09/89) alterações em seus percentuais de aplicação, de tal modo que os bancos pequenos deverão destinar 30% (antes 20%) das posições líquidas de depósitos à vista calculados sobre a média aritmética no trimestre anterior ao mês da aplicação; os bancos médios 70% (antes 40%); e os grandes 100% (antes 60%). Sendo a base principal para o cálculo das exigibilidades o volume de depósitos à vista, mesmo esses percentuais de aplicação podem, de fato, se tornar pouco expressivos frente às altas taxas de inflação e de juros vigentes na economia, que acarretam a fuga de recursos desses depósitos para aplicações remuneradas ou mesmo para o consumo.

É provável, portanto, que esta fonte de recursos, isoladamente, não signifique um volume de aplicações importante para o setor agrícola na presente safra.

Além dos recursos vinculados, os bancos podem conceder crédito para as atividades agropecuárias, na forma de recursos livres, a taxas de juros de mercado (Circular BACEN nº 1.513, de 18/07/89). O problema básico relacionado com esta fonte de recursos está nas elevadas taxas de juros em vigor hoje na economia, o que inviabiliza o acesso a essa modalidade de crédito pela grande maioria dos produtores agrícolas.

A mais importante fonte de recursos para o setor é, atualmente, a caderneta de poupança rural, cuja captação é restrita aos Bancos do Brasil, da Amazônia, do Nordeste e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Pelo menos 65% (antes 60%) dos recursos captados por essa fonte devem destinar-se a operações de crédito rural. Esses recursos devem ser aplicados a taxas de juros limitadas a 12% a.a. mais correção monetária idêntica à correção da poupança.

Persiste, contudo, grande polêmica em torno desta fonte de recursos para a agricultura. De um lado, os bancos comerciais privados e públicos estaduais reivindicam participar desse sistema e, de outro, os bancos oficiais alegam ser o atual "spread", entre as taxas de aplicação (12%) e captação (6%), insuficiente para cobrir os custos de operações do sistema, solicitando elevação do limite das taxas de juros das aplicações para 24% a.a. O Banco do Brasil, por exemplo, pretende realizar operações casadas,

envolvendo o crédito complementar, de tal forma que, a taxa média de juros se aproxime desse valor.

Cabe lembrar que a direção de algumas instituições financeiras privadas e estaduais tem declarado que mesmo esse nível de "spread" é atraente para operar nessa linha de crédito, ressaltando, inclusive, que o setor agrícola é, atualmente, mais interessante que o setor imobiliário, em termos de risco.

Depois de longo impasse, o Executivo sancionou as Leis nºs 7.868 e 7.869, de 07/11/89, autorizando a emissão extraordinária de títulos públicos no valor de NCz\$9,5 bilhões, para cobrir os prejuízos da caderneta de poupança rural decorrentes do Plano Verão e, com isso, liberar os recursos dessa fonte cujas operações de empréstimos estavam paralisadas. Tais recursos deverão destinar-se prioritariamente aos mini e pequenos produtores e suas cooperativas, para os quais o limite de crédito será de 100% e a taxa de juros de 12% a.a.

Com relação aos recursos provenientes do Tesouro, a sua disponibilidade está na dependência do retorno dos empréstimos assumidos anteriormente pelos agricultores. Este fundo, entretanto, está comprometido pela inadimplência de parcela dos agricultores financiados.

A oferta de recursos de crédito para comercialização da safra 1989/90 também está ameaçada, uma vez que a solicitação inicial da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) de recursos para operações de AGF, que era de NCz\$1,09 bilhão a preços de maio (924 milhões de BTN's), deverá ser reduzida drasticamente para NCz\$614 milhões a preços de novembro (121 milhões de BTN's), fixados pela Secretaria do Tesouro, acarretando substancial redução no volume a ser adquirido pelo Governo, que deverá situar-se em cerca de um milhão de toneladas de grãos, contra uma média anual de sete milhões nos últimos quatro anos, segundo informações da própria CFP.

Dados da Secretaria do Tesouro Nacional mostram que, de janeiro a julho de 1989, houve redução em cerca de 50% nas principais linhas de crédito rural (custeio, investimento, AGF, EGF e conta-trigo), em relação ao mesmo período de 1988.

Outra fonte de recursos para o financiamento do setor agrícola diz respeito aos fundos

e programas de fomento. Recentemente, o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) emprestou ao Brasil US\$600 milhões que deverão ser aplicados no setor através de dois programas: Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA) e Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR). O primeiro objetiva o desenvolvimento e modernização do setor agroindustrial, sendo financiáveis atividades ligadas a qualquer tipo de transformação primária e subseqüentes (armazenamento, processamento, beneficiamento e embalagens de matéria-prima, manufatura de insumos e equipamentos agropecuários). O segundo programa (PNDR) objetiva o desenvolvimento do setor rural e destina-se a quaisquer investimentos fixos e semifixos previstos no Manual de Crédito Rural. Os recursos serão liberados em quatro anos, a partir de 1989 (Resolução BACEN nºs 1.625 e 1.626, de 10/08/89).

Dada a escassez de recursos de crédito institucional que prevalece hoje no mercado, estão se desenvolvendo formas e fontes alternativas – não institucionais – de financiamento.

Algumas empresas montadoras de veículos têm recorrido a várias formas para agilizar a comercialização de tratores. Ao lado dos consórcios, essas empresas estão assessorando seus potenciais compradores (enquanto pessoas jurídicas), para obterem recursos de uma fonte tradicionalmente utilizada pela indústria – o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas Industriais (FINAME) e que pode ser usada também pelo setor rural. Esta “nova” fonte de recursos permite o financiamento de até 50% do valor das transações, com prazos de até 60 meses com 24 de carência. O setor sucroalcooleiro é o que mais tem se beneficiado desta fonte de recursos.

Outra modalidade de financiamento não institucional que está ganhando força, principalmente através de cooperativas dos estados do Sul do País, é o de aquisição de insumos e equipamentos mediante o comprometimento de parte da safra a ser obtida posteriormente. Assim, o pagamento é feito em espécie, com base na estimativa da quantidade de produto agrícola necessária para ressarcir os custos incorridos na compra de tais insumos.

Esta modalidade de financiamento tem ainda uma dimensão reduzida, mas está mais

disseminada em relação a aquisições de sementes, por ser um insumo perecível cujo armazenamento prolongado implica em perda do poder germinativo.

Outra alternativa de financiamento, ainda pouco utilizada no Brasil pela maior parte dos produtores, é o esquema de venda dos produtos no mercado futuro, que poderá progressivamente vir a se constituir em importante fonte de recursos para a agricultura. Esta prática de comercialização é mais freqüentemente empregada pelos produtores dos chamados exportáveis, especialmente no Estado de São Paulo.

–Considerações Finais

A análise precedente indica, para a presente safra, que a escassez de recursos de crédito rural institucionalizado deverá levar o produtor a se utilizar cada vez mais de seus próprios recursos e/ou recorrer a fontes alternativas informais.

Esta situação deverá afetar todo o setor agropecuário, porém, com efeitos diferenciados sobre cada um dos segmentos produtivos (culturas anuais, perenes e pecuário).

As culturas anuais poderão ter área e produtividade comprometidas já na presente safra. Diversos órgãos ligados ao setor produtivo rural e as primeiras estimativas do IEA e do IBGE indicam redução pura e simples de área para alguns produtos ou substituição de área em direção a culturas de menor custo operacional.

Em relação às culturas perenes, o impacto da escassez de crédito deverá incidir, a curto prazo, principalmente sobre a produtividade, devido à redução das despesas com tratamentos culturais. É claro que, neste caso, o efeito será maior ou menor dependendo da capacidade de auto-financiamento de cada cultura. O setor café, que tem enfrentado queda acentuada em seus preços de mercado ao longo deste ano, provavelmente será mais prejudicado que o produtor de laranja, cujos preços tem se mantido em nível satisfatório.

A atividade pecuária, que tradicionalmente recorre ao crédito de investimento, ainda que não seja significativamente comprometida a curto prazo por essa situação, poderá ter prejudicada sua expansão e melhoramento técnico no médio prazo. Neste sentido, as atividades mais

afetadas deverão ser a pecuária leiteira e a avicultura, principalmente a de corte, pois os preços recebidos pelos produtores têm diminuído sensivelmente em termos reais ao longo deste ano.

Em termos reais, portanto, além da necessidade de ampliação da oferta de crédito em caráter emergencial para a agricultura, torna-se importante, também, na atual situação de crise, o prolongamento dos prazos de pagamento das dívidas assumidas anteriormente.

Cabe ressaltar que o papel do crédito rural ganha relevância, principalmente, em situações como a que atravessa a presente safra, na qual aliado a preços agrícolas pouco favoráveis, o setor enfrentou uma estiagem que se prolongou além do esperado.

-FERTILIZANTES

No Brasil, o volume de fertilizantes entregues, no período de janeiro a setembro de 1989, decresceu 15,1% em relação ao mesmo período do ano precedente, fixando-se em 5,7 milhões de toneladas de produto. Desse total de fertilizantes entregues, São Paulo absorveu a maior parte (31,6%), seguido do Paraná (16,8%), destinando-se o restante aos demais Estados. Segundo fontes do setor, essa tendência deverá permanecer até o final do ano.

Os principais fatores que condicionaram esse decréscimo nas vendas foram: a) escassez de recursos do crédito rural; b) retração na área plantada de soja, principal consumidora de fertilizantes; c) diminuição do consumo de fertilizantes na cultura de trigo; e d) conjuntura desfavorável para a comercialização de alguns produtos agrícolas, como soja e café.

Esse decréscimo nas vendas e o elevado estoque inicial contribuíram para que se registrasse retração tanto na produção nacional de fertilizantes (13,6%) como na importação (17,0%), no referido período.

O Conselho Interministerial de Preços (CIP), no período de agosto a outubro de 1989, autorizou três reajustes nos preços dos fertilizantes pagos pelos agricultores, tendo-se calculado acréscimos nesse período de 140,3% em média no caso dos fertilizantes formulados e de 138,0% para os simples, em relação a julho de 1989. O IGP acusou aumento de 164,9% de julho a outubro de 1989, enquanto que o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores, calculado pelo IEA, aumentou apenas 80,6%.

Na análise de evolução das quantidades necessárias de diferentes produtos agrícolas para adquirir 10 toneladas de fertilizantes, informações preliminares para 1989 indicam que os produtores de soja e café sofreram perda de poder aquisitivo relativo ao dispêndio com fertilizantes, comparativamente ao ano anterior; em contrapartida, os de algodão-em-carço, cana-de-açúcar e milho apresentaram ganho de

poder aquisitivo, enquanto que os de arroz e laranja para indústria permaneceram praticamente no mesmo nível do ano precedente. Contudo, os produtores de laranja, que anteciparam suas compras para maio e junho, obtiveram relação de troca bastante favorável para a aquisição desse insumo (quadro 1).

Em novembro, o Governo determinou a liberação dos preços de fertilizantes controlados pelo CIP, conjuntamente com a liberação das importações de fertilizantes. Essas duas medidas deverão permitir maior liberdade de ação tanto para a agricultura como para a indústria, supondo-se que o mercado doméstico de fertilizantes sofrerá a concorrência do mercado externo, que servirá como balizador dos preços. É importante observar que, a época em que ocorre a maior demanda de fertilizantes no Brasil coincide com o período de entressafra agrícola nos principais países exportadores mundiais de fertilizantes, quando existe, então, certa disponibilidade desse insumo.

Nesse sentido, o Ministério da Fazenda deverá encaminhar à Comissão de Política Aduaneira (CPA) uma proposta de revisão das alíquotas de importação, para criar melhores condições para implantação dessa nova política. Da parte dos agricultores e de suas entidades de representação haverá necessidade de uma atuação eficiente para aproveitamento das oportunidades comerciais que vierem a surgir.

-TRATOR

A atual política econômica implementada pelo Governo Federal, com o objetivo de conter o crescimento do déficit público, considerado o principal foco gerador de tensão inflacionária, teve profundo reflexo sobre o setor agrícola. A opção por uma política creditícia apertada, ou seja, com acentuada redução no volume de recursos disponíveis por parte dos agentes financeiros governamentais, destinados ao crédito rural tanto para custeio como para investimen-

to, deixa claro a prioridade do Governo para com os problemas de curto prazo em relação aos de longo prazo, uma vez que os cortes nos recursos para investimentos apresentaram queda mais intensa.

O impacto de tais medidas sobre o mercado de tratores foi imediato, pois a demanda por este bem de capital é muito sensível às bruscas variações no montante de crédito disponível, o que terminou por provocar decréscimo generalizado na quantidade de tratores comercializados no mercado interno. Segundo estimativas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), em 1989, as vendas de tratores para o mercado doméstico estão situadas entre 29.000 a 33.000 unidades. Caso estes números se consolidem, isto significará um dos mais fracos resultados obtidos pela indústria de tratores na década de 80.

Apesar de o quadro conjuntural ser de incertezas e de dificuldades, em função do acirramento do processo inflacionário, conjuntamente com a especulação praticada no mercado financeiro, o qual funciona como inibidor do investimento no setor produtivo, pois este tipo de aplicação proporciona uma taxa de retorno mais elevada e com a vantagem de oferecer menores riscos, ainda assim, os termos de relação de troca (unidades de produtos agrícolas necessárias para se adquirir um trator), se mostrava favorável aos agricultores para quase todos os produtos agrícolas em função de vários fatores.

Observe-se que para o trimestre de maio a julho de 1989 em comparação com igual período de 1988, a relação de troca se mostrou praticamente estável tanto para o arroz como para a laranja de indústria, enquanto que havia ganho de poder aquisitivo para a compra de trator para algodão, amendoim, batata, café, feijão, milho e tomate. Por outro lado, somente para a cana-de-açúcar e a soja, a relação foi desfavorável no referido período (quadro 2).

Os principais fatores que condicionaram esse comportamento: a) no período de janeiro a julho de 1989, o reajuste médio de preços obtidos pelo setor de tratores (96,6%) foi inferior à variação acumulada do Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que foi de 229,33%, sendo positivo para os agricultores, tendo em vista que os preços dos produtos agrícolas acompanharam bem de perto a

variação do IGP; b) a conjugação de redução da oferta de algodão com a previsão de aumento de demanda acarretou a elevação de preço para a fibra de algodão; c) a contração da oferta de amendoim, no período de maior comercialização, aliada às excelentes condições climáticas, que proporcionaram um produto de boa qualidade, permitiram bom preço no mercado; d) a fixação dos preços da batata a níveis considerados baixos pelos produtores durante o período de vigência do Plano Verão, teve como resultado, posteriormente, a redução da quantidade ofertada, ocasionando a elevação de seu preço; e) a relação de troca se encontrava favorável para o café, tendo em vista que o período analisado (maio a julho) antecede a queda do preço do produto no mercado internacional, a qual teve início somente a partir do final de julho, não possibilitando, portanto, captar seus reflexos sobre a relação de troca; e f) a quebra da safra de feijão, em função de problemas climáticos no sul do País, agiu de modo a pressionar o preço do produto no sentido ascendente.

A relação de troca foi desfavorável para a cana-de-açúcar, em face do preço ter permanecido praticamente constante durante todo o primeiro semestre de 1989. No caso da soja, a perda de poder aquisitivo pode ser explicada, principalmente, pela queda no preço do produto no mercado internacional.

Contudo, a partir de agosto/89, a relação de troca tornou-se desfavorável para todos os produtos, sem exceção. Entre os fatores que agiram no sentido de reverter o desempenho da relação de troca que prevalecia até o final do primeiro semestre, poder-se-ia enfatizar que qualquer sistema econômico submetido a uma situação de incertezas e com elevadas taxas de inflação tem como resultado a distorção dos preços relativos da economia, afetando de maneira distinta os diversos produtos bem como seus respectivos mercados. Esta assimetria de preços, torna-se mais nítida quando se analisa o mercado agrícola, impedindo que o mesmo possa desempenhar o papel de sinalizador para decisões de investir por parte dos diversos agentes econômicos.

Este efeito diferenciado produzido pela aceleração do processo inflacionário levou a indústria de tratores a recompor os preços de seus produtos de forma mais intensa, em razão

da existência de acentuadas defasagens entre os custos de produção e os preços de venda final. No bimestre de setembro a outubro, o setor teve um reajuste médio de 139,4%, enquanto que o acumulado de janeiro a outubro totalizou cerca de 596,2%. Ainda, assim, este índice foi inferior ao IGP de igual período, o qual chegou a 773,6%. Portanto, a tendência é de que a defasagem entre custos e preços continue a ser reduzida, uma vez que o Conselho Interministerial de Preços (CIP) deixou de ter controle absoluto sobre a fixação de preços para o setor tendo em vista a implantação das Câmaras Setoriais compostas por representantes da indústria, fornecedores, revendedores e do próprio Governo.

-RAÇÕES

A indústria de rações como setor especializado surgiu no Estado de São Paulo na década de 40, utilizando como matéria-prima resíduos da indústria de moagem de trigo, com recursos tecnológicos rudimentares e relacionava-se com as atividades de pecuária leiteira, principalmente, no Vale do Paraíba, e de criações domésticas.

Somente na década de 60, em resposta ao desenvolvimento da pecuária e, em especial, da avicultura, instalou-se a moderna indústria de rações, atrelada, principalmente, à de óleos e já influenciada por conceitos avançados em nutrição animal, o que ampliou as alternativas nas formulações de rações balanceadas, que passaram a acompanhar os requerimentos nutricionais das raças híbridas desenvolvidas geneticamente. A indústria de óleos oferece subprodutos como os farelos de soja, amendoim, caroço de algodão e germe de trigo para a indústria produtora de ração que passara a incorporar, a partir da década de 70, um novo padrão tecnológico oriundo de capital internacional, e que fez crescer, também, o grande capital de origem nacional.

O setor também se relaciona com os frigoríficos, abatedouros e "graxarias", para a obtenção das farinha de carne, de sangue, de ossos e vísceras e de forma não muito intensa e mais, recentemente, com a agroindústria cana

vieira no aproveitamento da vinhaça.

O setor desempenha, com relação à agricultura, os papéis de comprador de matéria-prima, mesmo que já processada, e de fornecedor de insumos, com diferentes inserções no mercado. A indústria de rações balanceadas fornece basicamente misturas de alimentos em proporções exigidas para cada espécie ou classe de animais e, segundo estimativa da Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (ANFAR), sua produção representa 35% da produção total de rações no País.

A maior parcela da produção (45%) corresponde às indústrias que se integram verticalmente com o agricultor na produção de aves e suínos, fornecendo-lhes matrizes, rações e assistência técnica, para posteriormente comprar, processar e comercializar a produção. Essas integradoras têm aumentado suas participações na produção total de rações nos últimos anos.

Ao nível das propriedades agrícolas, tem-se verificado uma tendência dos produtores de elaborar suas próprias rações, adquirindo concentrado ⁽¹⁾ ou premix ⁽²⁾ no mercado para misturar aos alimentos, como o milho plantado na própria granja ou mesmo adquirido no mercado. Essa é uma tendência, inclusive, ao nível mundial e não somente no Brasil e os produtores alegam, como motivação para tal procedimento, o maior controle da qualidade do insumo e menores custos.

Atualmente, a agroindústria de rações, devido a um lento crescimento na produção de carnes e à tendência verificada acima, vem operando com uma capacidade ociosa ao redor de 40%, conforme informação do Sindicato Nacional da Indústria de Rações Balanceadas (SINDIRAÇÕES), enquanto a totalidade da indústria de transformação opera com ociosidade de 21%, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Por isso mesmo, é um setor que responde com presteza à qualquer aumento de demanda, uma vez que não existem grandes problemas na obtenção de matéria-prima e quando, eventualmente, esse problema ocorre, principalmente em relação ao milho, recorre-se à importação.

A produção brasileira de rações no período de 1985 a 1987 apresentou crescimento de 31,8%. Em 1988, apresentou queda de 4,3% na produção total, em relação a 1987, tendência

⁽¹⁾ Contém a parte protéica, as vitaminas e os minerais, deve-se misturar a parte energética que é o milho.

⁽²⁾ Composto de vitaminas e minerais para misturar aos alimentos.

que se verifica para 1989, segundo previsão da ANFAR. A atividade que consome a maior fatia da produção de ração é a avicultura industrial (de corte e postura), ou seja, em torno de 58% do total no período 1985-88, divididos em 40% para avicultura de corte e 18% para avicultura de postura. O segundo segmento de maior demanda é a suinocultura, com valores em torno de 28%; segue-se a pecuária bovina com 10%, restando 4%, para ração destinada a outros (quadro 3).

Nessa divisão de participação, segundo a destinação, até setembro de 1989, observa-se algumas alterações pertinentes. O decréscimo da participação da suinocultura é compensado pelo aumento da participação da avicultura e outros. A suinocultura sofreu um desestímulo com a importação de 60 mil toneladas de carne suína isentas de qualquer taxa em presença de baixos preços das carnes bovina e de aves. Com isso, no primeiro semestre de 1989, os criadores de suínos tiveram grandes prejuízos, que já vinham se acumulando desde 1987-88. Em setembro de 1989, os preços apresentaram acentuada queda em relação a junho, não repassada ao consumidor, o que poderia elevar a demanda. Outro segmento que vem despontando, é o mercado de ração para equinos e animais domésticos, um mercado restrito mas de bom poder aquisitivo⁽³⁾.

A produção das indústrias associadas ao SINDIRAÇÕES por estados do Brasil mantém a tendência observada nos últimos cinco anos com Santa Catarina liderando a produção, com participação em torno de 30%, seguido por São Paulo com 25% e Paraná com 17% (quadro 4).

Nos setores de avicultura industrial e suinocultura, localizados na Região Sul, produtores e cooperativas estão comprando concentrados e premix para produzir sua própria ração. Os agricultores que preparam sua própria ração estão incluídos no item de outros produtores, cuja participação no atendimento da demanda aumentou de 45% em 1987 para 51,3% em 1988 (quadro 5).

Com relação aos preços de ração e concentrados coletados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), na cidade de São Paulo, de setembro de 1988 a setembro de 1989, esses apre-

sentaram variações nominais abaixo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1.198,0%) e do Índice Geral de Preços (IGP-DI) (1.215,9%). Os preços de farelos de soja e de milho, utilizados na mistura com ração, também apresentaram variações abaixo da inflação, de 584% e 846%, respectivamente (quadro 6).

A partir de agosto de 1989, a indústria de rações foi enquadrada no regime de liberdade vigiada de preços, através da Comissão Interministerial de Preços (CIP). Segundo o SINDIRAÇÕES, esse procedimento vem afetando o setor no repasse de custos, dado o grande número de indústrias pequenas e médias que o compõem e considerando-se, portanto, que o mesmo possui elevada competitividade.

Quanto à tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), instituído em maio de 1989, os fabricantes de ração nos Estados do Paraná e, mais recentemente, São Paulo (01/09/89) e Minas Gerais obtiveram o diferimento do seu pagamento, ou seja, o recolhimento é efetuado somente no produto final da pecuária, variando a base de cálculo conforme a espécie e não nas etapas intermediárias da produção, com a argumentação de evitar-se a cumulatividade do imposto e facilitar a fiscalização.

A previsão para demanda de ração em 1989 ficará em torno de 14.010 mil toneladas, ou seja, o mesmo consumo do ano passado, apesar de o setor estar considerando o mercado dentro da normalidade⁽⁴⁾. Dado que o mercado de frango apresenta tendência de crescimento no Brasil, conseqüentemente o consumo de ração, também, seria maior que a produção inicialmente prevista pelo SINDIRAÇÕES.

⁽³⁾ Suma Agrícola, nº 235, outubro de 1989, p.5.

⁽⁴⁾ De acordo com o Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 1. - Unidades de Produtos Agrícolas⁽¹⁾ Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizantes⁽²⁾, Estado de São Paulo, 1985-89

Ano	Algodão em caroço		Arroz em casca		Café beneficiado		Cana-de-açúcar		Milho		Soja		Laranja p/ indústria	
	15kg	Índice ⁽³⁾	60kg	Índice ⁽³⁾	60kg	Índice ⁽³⁾	t	Índice ⁽³⁾	60kg	Índice ⁽³⁾	60kg	Índice ⁽³⁾	cx.40,8kg	Índice ⁽³⁾
1985	406	100	183	100	7	100	182	100	370	100	192	100	796	100
1986	301	74	173	94	10	142	249	137	302	82	182	95	539	68
1987	605	149	391	214	20	285	183	100	582	157	245	128	1.328	167
1988 ⁽⁴⁾	752	185	423	231	21	300	299	164	660	178	204	106	657	83
1989 ⁽⁵⁾	546	134	420	229	42	600	227	125	496	134	321	167	655	82

-20-

(¹) Preço médio da safra, que geraria a disponibilidade de recursos para aquisição do insumo para o ciclo seguinte.

(²) Preço médio anual ponderado, posto São Paulo.

(³) Índice simples, base 1985 = 100.

(⁴) Dado preliminar, sujeito à revisão.

(⁵) Dados preliminares, considerando-se as primeiras estimativas para os preços médios anuais dos produtos e de fertilizantes.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2. - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Tratores de 44CV e 61CV, Estado de São Paulo, 1984-89⁽¹⁾

Produto	Unidade	1985		1986		1987		1988		1989	
		44CV	61CV								
Algodão	15kg	1.295	1.712	1.233	1.667	1.991	2.477	3.120	4.189	2.559	3.477
Amendoim	sc.25kg	1.144	1.513	1.336	1.795	2.692	3.349	2.279	3.059	1.402	1.905
Arroz	sc.60kg	611	807	680	913	1.382	1.719	1.505	2.020	1.472	2.001
Batata	sc.60kg	658	871	300	403	550	683	1.356	1.820	531	721
Café	sc.40kg	241	318	104	140	479	596	808	1.085	583	792
Cana-de-açúcar ⁽²⁾	tonelada	748	989	966	1.298	913	1.136	1.892	2.540	2.684	3.647
Feijão	sc.60kg	241	319	248	334	220	274	557	748	218	297
Laranja-indústria ⁽³⁾	cx.40,8kg	2.870	3.796	3.577	4.806	4.732	5.886	4.604	6.181	4.621	6.278
Milho	sc.60kg	1.204	1.593	1.169	1.570	2.154	2.679	2.547	3.420	2.310	3.139
Soja	sc.60kg	690	913	715	961	964	1.199	1.009	1.354	1.505	2.044
Tomate ⁽⁴⁾	tonelada	84	111	117	157	136	169	266	357	225	305

⁽¹⁾ Tomou-se como base os preços recebidos pelos agricultores e os preços de tratores referentes à média do trimestre maio-julho de cada ano.

⁽²⁾ Preços referentes a corte e transporte.

⁽³⁾ Utilizou-se como base de preço da fruta a cotação de suco de laranja na Bolsa de Nova York.

⁽⁴⁾ Refere-se a tomate para indústria.

QUADRO 3. - Produção de Ração⁽¹⁾ pelas Indústrias Sindicalizadas, Segundo a Destinação e Estimativa de Produção Total, Brasil, 1985-89

Ano	Avicultura						Suinocultura	Pecuária bovina		Outros animais		Subtotal sindicalizada		Total geral ⁽²⁾		
	Corte		Postura		Total			1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%										
1985	2.966	41,8	1.315	18,5	4.281	60,3	2.029	28,6	573	8,1	213	3,0	7.096	100,0	11.238	
1986	3.084	39,3	1.347	17,2	4.431	56,5	2.381	30,4	735	9,4	294	3,7	7.841	100,0	13.607	
1987	3.204	39,4	1.449	17,8	4.653	57,2	2.314	28,5	854	10,5	305	3,7	8.126	100,0	14.814	
1988	2.965	42,9	1.117	16,2	4.082	59,1	1.702	24,6	828	12,0	298	4,3	6.910	100,0	14.179	
1989	2.198	53,9 ⁽³⁾	634	15,5 ⁽³⁾	2.839	69,4 ⁽³⁾	462	11,3 ⁽³⁾	492	12,1 ⁽³⁾	293	7,2 ⁽³⁾	4.079	100,0 ⁽³⁾	14.010 ⁽⁴⁾	

(¹) Inclui rações completas, concentrados e convertidos.

(²) Inclui todos os tipos de produtores.

(³) Janeiro a Setembro.

(⁴) Previsão do Sindicato das Indústrias de Rações para o ano todo.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 4. - Produção de Rações pelas Indústrias Sindicalizadas, Principais Estados, 1985-88

Estados	1985		1986		1987		1988	
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%
Santa Catarina	1.998,0	28,2	2.345,0	29,9	2.245,0	27,6	2.068,2	29,9
São Paulo	1.842,0	25,9	2.054,2	26,2	2.205,9	27,1	1.985,9	28,7
Paraná	1.335,0	18,8	1.308,0	16,7	1.310,7	16,1	1.093,1	15,8
R. G. do Sul	645,0	9,1	703,4	9,0	793,0	9,8	642,3	9,3
Minas Gerais	468,0	6,6	498,2	6,3	516,6	6,4	376,3	5,4
Pernambuco	292,5	4,1	404,5	5,1	496,7	6,1	341,7	4,9
Rio de Janeiro	202,5	2,9	227,3	2,9	234,6	2,9	154,9	2,2
Goiás	187,0	2,6	131,5	1,7	128,9	1,6	87,5	1,3
Outros	126,0	1,8	169,3	2,2	194,6	2,4	160,1	2,5
Brasil	7.096,0	100,0	7.841,4	100,0	8.126,0	100,0	6.910,0	100,0

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 5. - Estimativa da Demanda de Rações Completas no Brasil e Participação dos Fornecedores, 1987 e 1988

Tipo	1987			1988		
	Total (1.000t)	Sindicato ⁽¹⁾ (%)	Outros ⁽²⁾ (%)	Total (1.000t)	Sindicato ⁽¹⁾ (%)	Outros ⁽²⁾ (%)
Aves						
Corte	6.254,1	51,2	48,8	6.176,0	48,0	52,0
Postura	3.159,0	45,9	54,1	3.007,9	37,1	62,9
Bovinos	929,9	91,8	8,2	857,1	96,6	3,4
Suínos	4.133,3	56,0	44,0	3.808,0	44,7	55,3
Outros animais	339,0	90,0	10,0	330,0	90,0	10,0
Total	14.814,0	55,0	45,0	14.179,0	48,7	51,3

(¹) Refere-se ao total de rações completas produzido pelas indústrias de ração sindicalizadas, já computado o volume de concentrados transformados em rações completas.

(²) Estimativas de rações completas produzidas por criadores e cooperativas (que produzem a própria ração) e outras indústrias não sindicalizadas.

Fonte: Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 6. - Preços Médios de Rações, Cidade de São Paulo, Setembro de 1988 a Setembro de 1989

Destinação e tipo de ração ⁽¹⁾	Ração			Concentrado		
	Set./88 (Cz\$/kg)	Set./89 (NCz\$/kg)	Variação (%)	Set./88 (Cz\$/kg)	Set./89 (NCz\$/kg)	Variação (%)
Ave						
Corte crescimento	81,48	0,86	955	134,05	1,17	773
Postura	67,35	0,76	1.028	101,54	0,98	865
Bovino						
Lactação	58,74	0,66	1.024	71,28	0,80	1.022
Suíno						
Engorda	66,80	0,73	993	125,54	0,97	673

(¹) Os tipos de ração foram escolhidos de acordo com a importância do volume consumido.

Fonte: Elaborado a partir de dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-CAFÉ

-Panorama Internacional

A produção mundial para o ano-safra 1988/89 (outubro a setembro) foi estimada pelo Departamento de Agricultura do Estados Unidos (USDA), em 92,8 milhões de sacas, cerca de 10% abaixo da produção recorde do ano anterior, quando chegou a 103,2 milhões. As primeiras previsões para 1989/90 são de 95,2 milhões de sacas, 2,6% acima da safra 1988/89. Essas estimativas incluem as safras brasileiras, avaliadas pelo USDA em 25,0 milhões em 1988 e 26,0 milhões em 1989. Segundo dados do Instituto Brasileiro do Café (IBC), porém, elas foram significativamente inferiores, tendo atingido 20,6 milhões em 1988 e 23,6 milhões em 1989, ou seja, segundo o USDA, haveria cerca de 7 milhões de sacas a mais do que o considerado pelo IBC, o que certamente se constitui em fator tendente a reduzir as cotações internacionais, num mercado com preços em declínio após a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC), em 04 de julho de 1989.

Os dados do USDA sobre a oferta e distribuição da produção mundiais mostram um quadro bastante equilibrado, visto que em 1989/90, o ano-safra se iniciou com estoque de 47,0 milhões de sacas que, somadas à produção (95,2 milhões de sacas) resultam em 142,6 milhões de sacas em disponibilidade, enquanto o consumo nos países produtores alcança 23,7 milhões. As exportações devem atingir 74,4 milhões restando, portanto, como estoque final, cerca de 47,3 milhões, praticamente a mesma quantidade inicial (quadro 7).

No final de 1989, porém, as cotações externas apresentaram sensível melhoria, após meses de tendência declinante, a partir de princípio de julho, quando foram suspensas as cláusulas econômicas do AIC. É possível que essa melhoria, ainda modesta, continue nos próximos meses, caso se concretizem alguns

prognósticos ainda prematuros de que a safra brasileira em 1990 será relativamente pequena, da ordem de, no máximo, cerca de 20,0 milhões de sacas. Permite, também, a ilação de que a diferença no volume de produção tenha sido aceita pelo mercado, em favor dos números do IBC.

A drástica redução de preços, a partir da suspensão das cláusulas econômicas do AIC, foi conseqüência da previsível guerra de preços. Os preços indicativos da Organização Internacional do Café (OIC) que atingiam a média de 115,02 centavos de dólar por libra-peso em junho, para a categoria "Brasileiro e Outros Arábicos" chegaram a 60,32 centavos em média em outubro, com um mínimo no dia 09 de outubro, de 56,00 centavos. Em princípio de novembro, houve sinais de pequena recuperação, com cotações de 62 centavos por libra-peso, após redução da ordem de 48% entre as médias de junho e outubro (quadro 8).

Apesar de não se poder esperar significativo aumento do consumo mundial no curto prazo, em decorrência de reconhecida inelasticidade da procura de café, as conseqüências da redução de preços deverão se fazer sentir em termos de aumento das exportações de países que podem vender seus cafés a menores preços. A médio e longo prazos é provável que na ausência do AIC os países produtores com custos de produção elevados tenderão a ser aliados no mercado, o que poderá vir a estabilizar os preços a níveis mais lucrativos dentro de alguns anos.

Há, entretanto, considerável esforço de alguns países para que se renove o AIC, mas tanto o Brasil, principal produtor, como os Estados Unidos, principal consumidor, não tem dado mostras de que desejam renová-lo, apesar da redução da receita de exportações dos países produtores, fato de conseqüências mais graves nos países altamente dependentes do café.

As estimativas do USDA em relação ao consumo mundial, na ausência das quotas de exportação do AIC, são de que os preços baixos poderão provocar aumento da ordem de 5%, ao

menos no primeiro ano. A procura global mundial tem aumentado 1% a 2% ao ano, nos anos recentes, em decorrência de maior consumo na Europa e Ásia, embora o consumo nos Estados Unidos esteja estagnado ou em declínio. De acordo com o "Estudo Sobre o Consumo do Café nos Estados Unidos - Inverno de 1989", divulgado pela OIC, houve diminuição do consumo da ordem de 30%, entre 1962 e 1989, com redução de 3,12 xícaras por pessoa por dia, para 1,75 xícara. Observou-se pequeno aumento de consumo de 1,67 xícara por dia, em 1988 para 1,75, em 1989, mas essa informação é apenas uma importante indicação preliminar, pois não existem ainda informações suficientes para se julgar os efeitos da drástica redução dos preços internacionais sobre o consumo mundial.

-Situação Interna

A população cafeeira do Brasil em 1988 era de 4,2 bilhões de covas, segundo estimativas do IBC, com acréscimo da ordem de 10% em relação a do ano anterior (3,8 bilhões). A expansão de plantios deveu-se aos preços extraordinariamente elevados em 1986, por efeitos da seca de fins de 1985, que reduziram a safra de 1986 a apenas 13,5 milhões de sacas, uma das menores já verificadas na história do café no Brasil. Em 1987, porém, colheu-se 42,9 milhões de sacas, segundo a mesma fonte, uma das maiores safras já ocorridas, o que provocou contínua redução de cotações externas e internas até meados de 1989. A partir de julho/89, suspensas as cláusulas econômicas do AIC, deflagrou-se violenta guerra de preços que reduziram as cotações externas e as internas a preços reais, a cerca de 50% das que vigoravam antes da suspensão.

Provavelmente, em 1988 e 1989, já deve ter havido redução sensível no ritmo de expansão de plantios. Costuma-se avaliar em 50 milhões o número de covas substituídas anualmente para manutenção do parque produtivo e além dessa quantidade, novos plantios se desenvolveram, principalmente, no Brasil Central, nas regiões de cerrados, com solos favoráveis e clima propício a cafés de bebida mais fina.

Em 1988, segundo as estimativas do IBC, o Estado de Minas Gerais liderava a produção nacional, com a população de 1,7 bilhão de covas,

seguido-se São Paulo com 750 milhões, Espírito Santo com 730 milhões e Paraná com 511 milhões. Verificou-se, portanto, acentuada migração dos plantios, das áreas mais sujeitas a geadas para as regiões mais ao Norte, em especial, para Minas Gerais.

Em 1989, a produção nacional foi estimada em torno de 23,6 milhões de sacas beneficiadas, sendo que Minas Gerais produziu 9,2 milhões de sacas beneficiadas (39,0%); São Paulo, 4,4 milhões (18,6%); Espírito Santo, 4,3 milhões (18,2%); e Paraná, 3,5 milhões (14,8%). Pela segunda vez consecutiva, repetiram-se safras relativamente pequenas, já que em 1988 a safra foi estimada em 20,6 milhões de sacas, quantidade muito inferior às necessidades do consumo interno, avaliado ao redor de 10 milhões de sacas e de exportações, da ordem de 18 a 19 milhões em anos considerados normais em termos de comercialização externa.

O tamanho da futura safra, em 1990, constituiu-se em fator essencial para que se delineiem os rumos do mercado. O potencial de produção do parque cafeeiro, se as condições climáticas forem favoráveis, é da ordem de 38 milhões de sacas, se se considerar a existência de 4,2 milhões de covas com produtividade média em torno de 9 sacas beneficiadas por mil covas. Os baixos preços externos e internos ao longo de 1989, entretanto, a par da erradicação de cafezais em diversas áreas, inclusive em algumas regiões do Oeste Paulista severamente afetadas por nematóides, deverão influir significativamente na produção nacional, com redução do potencial produtivo de 50%, segundo estimativas de algumas fontes.

A existência de atividades agropecuárias consideradas relativamente mais rentáveis, dentre as quais destacam-se a seringueira, em algumas regiões de São Paulo, a criação de gado de corte, a citricultura e a cana-de-açúcar, é outro fator fundamental para se explicar a tendência à diminuição da produção, na presença de redução, sem precedentes, dos preços recebidos pelos cafeicultores, a partir de meados de 1989, em decorrência da drástica redução das cotações externas, praticamente ininterrupta desde a suspensão das cláusulas econômicas do AIC. Em junho de 1989, os preços médios recebidos pelos cafeicultores no Estado de São Paulo, em termos reais, eram da ordem de NCz\$508,98 por

saca de 60kg e em outubro chegaram a NCz\$209,88, ou seja, cerca de 41% dos verificados antes da suspensão (quadro 9).

Em princípio de novembro de 1989, ocorreram sinais de ligeira recuperação. As cotações de cafés finos, que no início de outubro correspondiam a cerca de US\$60,00 por saca ao câmbio oficial, passaram para cerca de US\$85,00, ou seja, o correspondente a apenas 64 centavos de dólar por libra-peso. Este valor ainda é baixo em relação às elevadas cotações de 1986, por exemplo, mas superior aos níveis mínimos atingidos em princípio de outubro, quando os preços indicativos da OIC chegaram próximos de 56 centavos de dólar.

Outrossim, as estimativas de custo operacional total, elaboradas pelo IEA, com base nos preços vigentes na segunda quinzena de outubro de 1989, variaram de NCz\$487,58/sc. (ou 1.321,48BTN) na região de Campinas até NCz\$667,40/sc. (ou 1.779,18BTN) na região de Ribeirão Preto, com NCz\$507,45/sc. (1.172,42 BTN) na de Bauru (quadros 10, 11 e 12).

Dentre os fatores que contribuem para favorecer expectativas de recuperação do nível de preços, deve-se considerar: as perspectivas de que a próxima safra será inferior às potencialidades; as possibilidades, ainda que duvidosas, de resultados favoráveis a novo AIC a partir da reunião para discussão em 20/21 de novembro em Costa Rica; e a elevação dos preços de garantia de compra pelo IBC. A partir de 01 de novembro, através da Resolução IBC nº 62/89, tais preços passaram a NCz\$412,08 para o tipo 6 – bebida dura, NCz\$358,31 para o tipo 6 – livre de gosto Rio, NCz\$322,50 para o tipo 6 – Rio Zona e NCz\$286,66 para o tipo 7 – Connillon. Em princípio de novembro, entretanto, as cotações para o tipo 6 para melhor eram da ordem de NCz\$485,00 para cafés finos e extrafinos, NCz\$440,00 para os duros de boa qualidade, NCz\$310,00 para os da bebida Rio e NCz\$325,00, pilhas batidas para consumo interno. Apesar de inferiores às cotações de mercado, os preços de garantia aos níveis mais elevados do que anteriormente oferecem suporte para que o setor privado apresente maiores cotações.

As perspectivas para o mercado em futuro próximo dependerão da adoção ou não de medidas governamentais de suporte aos níveis de

preços vigentes, de forma a compensar, pelo menos, a efetiva desvalorização da moeda. Não se pode descartar, inclusive, as possibilidades de se diminuir o grau de artificialismo cambial, medida considerada viável por alguns setores da economia. Desde o dia 1º de agosto, os preços de garantia estão sendo corrigidos pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), mas as compras só se iniciaram a partir de 1º de outubro, prevendo-se um prêmio real de 10% a partir de 1º de janeiro de 1990. Os preços de garantia, no entanto, não têm se situado a níveis tais que induzam a compras governamentais em maior escala, noticiando-se aquisições da ordem de 1,3 milhão de sacas da safra atual.

No que se refere ao comportamento da próxima safra, deve-se considerar que seu volume condicionará as disponibilidades de café brasileiro para as exportações em 1990. É provável que essas disponibilidades sejam reduzidas, conforme se verifica pelo balanço da oferta e necessidades para consumo interno e exportações. Numa primeira hipótese, caso a safra de 1990 seja da ordem de 20 milhões de sacas, as disponibilidades em maio de 1991 reduzir-se-ão a apenas 8 milhões de sacas, desde que o consumo interno e exportações atinjam níveis considerados usuais. A segunda hipótese, de safra relativamente grande, da ordem de 30 milhões de sacas resultaria, também, em estoque final em 31 de maio, apenas suficiente para manter-se um mínimo de reservas como garantia contra eventuais acidentes climáticos, sem provisão suficiente para atendimento a uma eventual expansão dos mercados para o café do Brasil (quadro 13).

QUADRO 7.- Oferta Mundial e Distribuição de Café, 1978/79 a 1989/90(1)

(em 1.000sc.60kg)

Ano comercial	Estoque inicial	Produção	Importação(2)	Total disponível	Uso doméstico	Exportação total(3)	Estoque final
1978/79	29.406	79.035	678	109.109	19.462	64.588	25.059
1979/80	25.059	81.810	653	107.415	19.948	61.950	25.517
1980/81	25.517	86.143	675	112.335	20.468	59.854	32.013
1981/82	32.013	98.100	755	130.971	21.063	65.390	44.518
1982/83	44.518	82.064	733	127.177	20.647	65.118	41.412
1983/84	41.412	88.605	606	130.621	21.089	68.157	41.374
1984/85	41.374	90.284	456	132.097	23.015	72.000	37.154
1985/86	37.154	95.871	387	132.701	21.349	69.568	42.272
1986/87	42.272	79.316	265	121.386	22.219	66.300	33.719
1987/88	33.719	102.738	306	136.740	23.756	67.231	47.228
1988/89	47.228	92.080	315	139.228	24.799	68.105	47.025
1989/90	47.025	95.243	293	142.561	23.737	71.152	47.251

(1) As informações referem-se apenas ao conjunto de países produtores.

(2) Refere-se apenas às importações de café pelos países produtores, geralmente sob a forma de produtos processados para uso interno.

(3) Inclui café solúvel e torrado, em equivalente de café verde.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), junho de 1988.

QUADRO 8.- Preços Indicativos de Café da Organização Internacional do Café (OIC), 1985-89

(em centavo de dólar por libra-peso)(1)

Ano e mês	Suaves Colombianos	Outros Suaves	Brasileiros e Outros-Arábicas	Robusta
1985	155,87	145,56	151,76	121,24
1986	220,04	192,74	231,19	147,83
1987	123,46	112,29	106,37	102,34
1988	-	135,10	121,84	95,11
1989				
Jan.	-	149,50	145,29	102,83
Fev.	-	137,57	128,72	96,66
Mar.	149,17	139,38	128,06	95,61
Abr.	151,05	143,06	131,45	91,73
Mai.	146,65	138,65	128,94	92,00
Jun.	134,16	123,21	115,02	84,55
Jul.	94,41	85,91	78,75	65,78
Ago.	83,15	77,40	67,32	59,35
Set.	83,25	77,84	67,75	60,66
Out.	74,10	67,76	60,32	53,83

(1) Uma saca de 60kg equivale a 132,271 libras-peso.

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC) e "Complete Coffee Coverage".

QUADRO 9.- Preços Médios Correntes e Reais de Café Beneficiado Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1987-89

(em NCz\$/sc.60kg) (1)

Mês	1987		1988		1989	
	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)
Jan.	1.911,59	873,93	3.588,85	299,45	78,83	504,31
Fev.	1.732,26	693,72	4.908,56	348,13	78,81	450,95
Mar.	1.619,79	561,40	5.687,09	341,42	81,91	449,68
Abr.	1.676,36	484,95	6.616,39	307,67	106,41	555,47
Mai.	2.183,91	496,18	7.171,40	299,16	134,03	620,48
Jun.	2.068,11	374,31	10.748,08	371,21	139,37	508,98
Jul.	1.946,06	322,51	13.557,44	385,26	131,91	349,38
Ago.	2.070,47	327,62	14.894,68	344,24	129,45	251,22
Set.	2.235,49	326,75	20.135,57	370,06	171,39	239,43
Out.	2.582,83	340,11	26.419,00	380,68	209,88	209,88
Nov.	2.760,16	317,87	33.808,30	380,69
Dez.	2.918,55	335,21	49.072,73	428,68

(1) Preços correntes em cruzados até dezembro de 1988.

(2) Em cruzados novos de outubro de 1989, deflacionados pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 10.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Café, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 10,4sc.60kg, DIRA de Bauru, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por saca	por hectare	
Mão-de-obra	1.080,02	103,85	239,93	20,46
Aubos e corretivo	1.053,01	101,25	233,93	19,95
Defensivos	222,21	21,37	49,36	4,21
Operação de máquinas	1.341,22	128,96	297,96	25,41
Empreita(2)	624,00	60,00	138,62	11,82
Outros(3)	167,99	16,15	37,32	3,18
Custo Operacional Efetivo	4.488,44	431,58	997,12	85,05
Depreciação de máquinas	519,76	49,98	115,47	9,85
Encargos financeiros	269,31	25,89	59,83	5,10
Custo Operacional Total	5.277,51	507,45	1.172,42	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se à colheita por empreita.
(3) Refere-se a despesas com pano, peneira, rastelo e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 11.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Café Tração Motomeca-
nizada, por Hectare, Produção de 12,2sc.60kg, DIRA de Campinas, Estado de São
Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por saca	por hectare	
Mão-de-obra	1.663,76	136,37	369,61	27,97
Aubos e corretivo	1.614,30	132,32	358,62	27,14
Defensivos	915,90	75,07	203,47	15,40
Operação de máquinas	594,22	48,71	132,01	9,99
Empreita(2)	366,00	30,00	81,31	6,15
Outros(3)	215,41	17,66	47,85	3,62
Custo Operacional Efetivo	5.369,60	440,13	1.192,87	90,27
Depreciação de máquinas	256,73	21,04	57,03	4,32
Encargos financeiros	322,18	26,41	71,57	5,42
Custo Operacional Total	5.948,50	487,58	1.321,48	100,00

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se à colheita por empreita.

(3) Refere-se a despesas com pano, peneira, rastelo e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 12.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Café, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 12sc.60kg, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por saca	por hectare	
Mão-de-obra	1.370,93	114,24	304,56	17,12
Aubos e corretivo	2.651,91	220,99	589,13	33,11
Defensivos	962,66	80,22	213,86	12,02
Operação de máquinas	1.289,14	107,43	286,39	16,10
Empreita(2)	588,00	49,00	130,63	7,34
Outros(3)	178,87	14,91	39,74	2,23
Custo Operacional Efetivo	7.041,51	586,79	1.564,29	87,92
Depreciação de máquinas	544,81	45,40	121,03	6,80
Encargos financeiros	422,49	35,21	93,86	5,28
Custo Operacional Total	8.008,81	667,40	1.779,18	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se à colheita por empreita.
(3) Refere-se a despesas com pano, peneira, rastelo e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 13.- Estimativas Preliminares e Hipóteses de Produção, Consumo Interno, Exportações e Estoques de Café no Brasil, 1989 a 1991

(em milhões de sacas de 60kg)

Discriminação	Hipóteses	
	(A)	(B)
Estoque inicial em 31/05/89(1)	24,5	-
Produção: safra de 1989(2)	23,6	-
Disponibilidade até 31/05/90	48,1	-
Menos: Consumo interno até 31/05/90(3)	(12,0)	-
Exportações até 31/05/90(3)	(19,0)	-
Estoque final em 31/05/90	17,1	17,1
Produção: safra de 1990(4)	20,0	30,0
Disponibilidades até 31/05/91(4)	37,1	47,1
Menos: Consumo interno(4)	(11,0)	(12,0)
Exportações até 31/05/91(4)	(18,0)	(19,0)
Estoque final em 31/05/91	8,0	16,1

(1) Estimativa baseada em dados levantados pela OIC.

(2) IBC - 2a. estimativa de safra.

(3) Estimativas baseadas no comportamento de anos anteriores, sujeitas à retificação.

(4) Hipóteses (A) e (B).

Fonte: Simulação do autor.

-CANA-DE-AÇÚCAR

-Panorama Internacional

Em 1980, os preços do açúcar no mercado internacional alcançaram a elevada cifra de US\$650,00 a tonelada. A partir daí, percorreram uma curva francamente descendente, atingindo o patamar mínimo em 1985. Nesse ano, a tonelada do açúcar demerara chegou a valer cerca de US\$60,00/t em determinados meses, valor este que representava menos de um quarto do seu custo de produção (quadro 14).

Naquele período de baixas cotações, os estoques mundiais de açúcar eram bastante elevados, em decorrência do grande volume de produção e, principalmente, em função de programas de auto-suficiência por parte de alguns países, a exemplo da Comunidade Econômica Européia (CEE) que passou de importadora líquida do produto a grande exportadora, a partir do final da década de 70.

A partir de 1985, os preços do açúcar começaram a se recuperar gradativamente. Em 1986, pela primeira vez desde 1980, a produção mundial de açúcar começou a crescer a taxas menores que as do consumo, causando redução nos níveis dos estoques mundiais e levando à recuperação das cotações internacionais. O preço médio anual do produto em 1985 foi de US\$90,00 por tonelada, alcançando uma média preliminar de US\$270,00 em 1989, o que representa acréscimo significativo de 200% no período.

Um fator de importância no cenário mundial é a recente situação enfrentada por Cuba, maior exportador mundial de açúcar demerara. A produção estimada pela agência alemã de estatísticas F.O. Licht, para a safra cubana de 1989/90, é de 7,8 milhões de toneladas que, comparada à safra anterior de 8,1 milhões, representaria queda de 4%. Este fato, aliado a um atraso no início da colheita, leva a crer que haverá uma diminuição nas exportações cubanas para seus principais clientes: República Popular da China, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Japão.

A mesma agência prevê que os estoques mundiais de açúcar cairão para 30,9 milhões de toneladas em agosto de 1990, aproximando-se da relação estoque/consumo verificada em 1980.

Convém salientar que no período de baixas cotações, o nível dos estoques alcançou 50 milhões de toneladas.

A possível suspensão ou diminuição das cotas de exportação brasileiras para alguns países, por outro lado, também poderá afetar a cotação externa do produto. A atual conjuntura internacional sinaliza uma boa perspectiva para as exportações de açúcar. Porém, o impasse de se produzir mais açúcar ou mais álcool está criado, tendo em vista a expectativa de um futuro déficit no mercado nacional de álcool carburante.

-Situação Interna

A área total plantada com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, nas três últimas safras, ficou praticamente estável em torno de 2,0 milhões de hectares. A produção de cerca de 134 milhões de toneladas também não vem apresentando sinais de expansão (quadro 15).

O Estado de São Paulo responde por 50% da produção nacional de açúcar e 65% da de álcool. É também, responsável por mais de 55% da moagem de cana-de-açúcar no Brasil, que foi de 221 milhões de toneladas na safra passada (quadro 16).

Dados preliminares do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), relativos à safra industrial de 1989/90, que na Região Centro-Sul está em fase final (término em novembro/dezembro), apresentam um volume de cana moída para São Paulo (até 30/09/89) de 94,5 milhões de toneladas. Estima-se em decorrência da seca no período de setembro a novembro do ano passado, que prejudicou a brotação e o rendimento desta safra, que o volume total a ser moído deverá ficar pelo menos 10% aquém do registrado na safra anterior, que foi de 126 milhões de toneladas.

Além disso, os baixos preços fixados para a matéria-prima em anos passados vêm desestimulando a intenção dos produtores paulistas na renovação dos canaviais e, também, têm sido causa do baixo nível de adubação e aplicação de defensivos em algumas regiões do Estado, prejudicando o rendimento da cultura. A relação de troca entre preços pagos e recebidos mostrou-se no primeiro semestre de 1989 favorável aos produtores no caso de aquisição de tratores e

desfavorável para compra de fertilizantes, em relação aos índices da safra anterior.

Em 1989 atipicamente, o preço da matéria-prima já sofreu seu décimo reajuste no dia 1º de novembro, passando para NCz\$54,51 a tonelada. Espera-se novos reajustes em meados de novembro, dezembro e janeiro próximos, com base na inflação plena do mês anterior, acumulando um ganho real de 31%. A partir de fevereiro de 1990, os preços deverão ser calculados com base na planilha de custos dos produtores, vindo de encontro a suas antigas reivindicações. O custo operacional total de plantio foi estimado pelo IEA, com base em dados da segunda quinzena de outubro de 1989, em NCz\$6.321,33/ha (1.404BTNs) e NCz\$5.722,29/ha (1.271BTNs) para as regiões de Campinas e Ribeirão Preto, respectivamente. Para os cortes sucessivos (2º, 3º e 4º), os custos operacionais por hectare nessas regiões caem para a média de 570BTNs, ou seja, de 558BTNs na de Campinas e de 583BTNs na de Ribeirão Preto (quadros 17 a 24).

Contudo, a produção de cana-de-açúcar para a safra 1990/91 não deverá apresentar expansão significativa, pois a área a ser então colhida já foi plantada, esperando-se apenas melhora na produtividade em decorrência do comportamento climático favorável deste ano, beneficiando a brotação da soqueira. Os efeitos da atual política de preços deverão se fazer sentir somente na safra 1991/92, influenciando a próxima temporada de plantio, de janeiro a março de 1990.

Tendo em vista a ameaça constante da falta de álcool combustível, até mesmo, de açúcar no mercado interno, o Governo Federal vem adotando políticas paliativas para evitar um verdadeiro colapso na oferta destes produtos em 1990. Uma das medidas cogitadas para conter o alto consumo de álcool carburante no mercado interno é a diminuição do percentual de mistura de álcool anidro na gasolina, de 22% para 12% e a adição de 5% de gasolina no álcool hidratado. Outra alternativa que vem sendo estudada, é a importação de metanol para mistura no álcool combustível, além da importação do álcool de uva da Europa.

Por outro lado, as exportações de açúcar que eram feitas pelo IAA foram liberadas para serem efetuadas pelos produtores, obedecido o

abastecimento do mercado interno. Porém, a atual conjuntura não permite que esses negócios se realizem a contento, uma vez que o déficit na oferta de álcool já é fato consumado, podendo, ainda, nortear a opção de produção dos produtores do Nordeste, uma vez que lá o corte da cana teve início em setembro, prolongando-se até março.

Este quadro reflete a falta de um planejamento de médio e longo prazos, no qual os excessivos estoques de álcool existentes há alguns anos se exauriram, dando lugar a uma situação comprometedor, envolvendo uma frota de 4,2 milhões de veículos automotores. Poderá, de outra parte, significar o início de um novo período em que os produtores sentir-se-ão estimulados a expandir suas produções, seja pela incorporação de áreas ou de aumentos de produtividade.

QUADRO 14.- Cotações de Açúcar Demerara no Mercado Internacional, 1985-1989(1)

(em US\$/t)

Mês	1985	1986	1987	1988	1989
Jan.	79,47	106,84	142,16	212,80	213,02
Fev.	81,90	122,74	162,91	187,64	232,67
Mar.	84,55	155,41	166,67	187,20	254,75
Abr.	76,16	183,88	147,46	188,52	268,43
Mai.	62,25	169,31	148,78	195,58	264,46
Jun.	61,43	140,84	142,16	229,58	275,72
Jul.	69,09	122,52	134,66	310,82	307,71
Ago.	96,90	122,96	124,06	247,91	309,27
Set.	112,58	103,31	128,48	224,28	311,48
Out.	110,38	118,98	145,69	226,93	319,83(2)
Nov.	120,97	131,35	161,37	239,29	...
Dez.	119,99	125,83	181,90	247,68	...
Média	89,64	133,66	148,86	224,85	270,83(2)

(1) Média das cotações do açúcar a granel em Nova Iorque e Londres, FOB - Porto do Caribe.

(2) Dado preliminar.

Fonte: International Sugar Organization.

QUADRO 15.- Área e Produção de Cana-de-Açúcar, Estado de São Paulo, 1986/87 a 1988/89

Safra	Área (1.000ha)		Produção(1.000t)	
	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil
1986/87	2.057	4.314	132.050	268.741
1987/88	2.098	4.116	134.100	258.449
1988/89(1)	2.066	4.248	134.160	270.605

(1) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 16.- Produção de Açúcar e Alcool, Estado de São Paulo e Brasil, 1986/87 a 1988/89

Safra	Açúcar (1.000t)		Alcool(10 ⁶ l)	
	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil
1986/87	3.617	8.157	6.223	10.537
1987/88	3.638	7.985	7.329	11.459
1988/89(1)	4.001	8.070	7.724	11.713

(1) Dados preliminares.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 17.-Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, Plantio, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 95t, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	530,71	5,59	117,90	8,40
Muda	402,70	4,24	89,46	6,37
Aubos e corretivo	1.091,74	11,49	242,53	17,27
Defensivos	573,77	6,04	127,46	9,08
Operação de máquinas	1.950,32	20,53	433,27	30,85
Outros(2)	466,36	4,91	103,60	7,38
Custo operacional efetivo	5.015,59	52,80	1.114,23	79,34
Depreciação de máquinas	854,34	8,99	189,79	13,52
Encargos financeiros	451,40	4,75	100,28	7,14
Custo Operacional Total	6.321,33	66,54	1.404,30	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se à despesa com corte.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 18.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 2o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 75t, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	241,91	3,23	53,74	9,08
Aubos e corretivo	466,40	6,22	103,61	17,50
Defensivos	399,88	5,33	88,83	15,00
Operação de máquinas	730,20	9,74	162,22	27,39
Outros(2)	368,28	4,91	81,81	13,82
Custo Operacional Efetivo	2.206,67	29,42	490,22	82,78
Depreciação de máquinas	326,56	4,35	72,55	12,25
Encargos financeiros	132,40	1,77	29,41	4,97
Custo Operacional Total	2.665,64	35,54	592,18	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 19.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 3o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 62t, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	227,82	3,67	50,61	9,25
Aubos e corretivo	466,40	7,52	103,61	18,93
Defensivos	399,88	6,45	88,83	16,23
Operação de máquinas	651,26	10,50	144,68	26,44
Outros(2)	304,29	4,91	67,60	12,35
Custo Operacional Efetivo	2.049,65	33,06	455,34	83,21
Depreciação de máquinas	290,61	4,69	64,56	11,80
Encargos financeiros	122,98	1,98	27,32	4,99
Custo Operacional Total	2.463,25	39,73	547,22	100,00

- (1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se à despesa com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 20.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar 4o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 52t, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	227,82	4,38	50,61	9,45
Aubos e corretivo	466,40	8,97	103,61	19,34
Defensivos	399,88	7,69	88,83	16,58
Operação de máquinas	651,26	12,52	144,68	27,01
Outros(2)	255,15	4,91	56,68	10,58
Custo Operacional Efetivo	2.000,51	38,47	444,42	82,97
Depreciação de máquinas	290,61	5,59	64,56	12,05
Encargos financeiros	120,03	2,31	26,67	4,98
Custo Operacional Total	2.411,16	46,37	535,65	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 21.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, Plantio, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 100t, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	467,04	4,67	103,75	8,16
Muda	608,84	6,09	135,26	10,64
Adubos e corretivo	1.240,70	12,41	275,63	21,68
Defensivos	621,02	6,21	137,96	10,85
Operação de máquinas	1.556,39	15,56	345,76	27,20
Outros(2)	490,91	4,91	109,06	8,58
Custo Operacional Efetivo	4.984,90	49,85	1.107,41	87,11
Depreciação de máquinas	288,74	2,89	64,15	5,05
Encargos financeiros	448,64	4,49	99,67	7,84
Custo Operacional Total	5.722,29	57,22	1.271,22	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 22.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 2o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 78t, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1) por hectare	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada		
Mão-de-obra	198,11	2,54	44,01	7,18
Aubos e corretivo	859,66	11,02	190,98	31,18
Defensivos	269,18	3,45	59,80	9,76
Operação de máquinas	628,38	8,06	139,60	22,79
Outros(2)	382,91	4,91	85,06	13,89
Custo Operacional Efetivo	2.338,24	29,98	519,45	84,80
Depreciação de máquinas	278,89	3,58	61,96	10,11
Encargos financeiros	140,29	1,80	31,17	5,09
Custo Operacional Total	2.757,43	35,35	612,57	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 23.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 3o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 60t, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	180,66	3,01	40,13	7,07
Aubos e corretivo	859,66	14,33	190,98	33,62
Defensivos	269,18	4,49	59,80	10,53
Operação de máquinas	571,67	9,53	127,00	22,36
Outros(2)	294,57	4,91	65,44	11,52
Custo Operacional Efetivo	2.175,75	36,26	483,35	85,09
Depreciação de máquinas	250,74	4,18	55,70	9,81
Encargos financeiros	130,54	2,18	29,00	5,11
Custo Operacional Total	2.557,03	42,62	568,05	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 24.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 4o. Corte, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 60t, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1) por hectare	Participação percentual (%)
	por hectare	por tonelada		
Mão-de-obra	180,66	3,01	40,13	7,07
Aubos e corretivo	859,66	14,33	190,98	33,62
Defensivos	269,18	4,49	59,80	10,53
Operação de máquinas	571,67	9,53	127,00	22,36
Outros(2)	294,57	4,91	65,44	11,52
Custo Operacional Efetivo	2.175,75	36,26	483,35	85,09
Depreciação de máquinas	250,74	4,18	55,70	9,81
Encargos financeiros	130,54	2,18	29,00	5,11
Custo Operacional Total	2.557,03	42,62	568,05	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-FRUTICULTURA

-BANANA

-Panorama Internacional

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) observou, no início da atual década, uma redução no consumo **per capita** de banana e indicou a necessidade de estudos de mercado, além de campanhas publicitárias e de educação do consumidor sobre o valor nutritivo dessa fruta.

Essa tendência, lenta e localizada em alguns países, não foi obstáculo para que as exportações mundiais de banana registrassem um movimento recorde, em 1987, quando atingiram 7.525 mil toneladas, superior em 8,2% à média de 6.956 mil toneladas do triênio 1980/82.

No primeiro semestre de 1988, a FAO constatou que a demanda de banana continuou forte, devido a preços de varejo competitivos, colheitas moderadas das frutas concorrentes e fortalecimento do dólar frente às moedas nacionais dos exportadores.

As previsões para a próxima década indicam um acirramento na disputa pelo mercado externo, entre as multinacionais norte-americanas e fornecedores independentes apoiados pela União dos Países Exportadores de Banana (UPEB). Colômbia e Nicarágua possuem, atualmente, suas próprias companhias independentes de comercialização; a Guatemala formou a sua no ano passado e a Costa Rica, dentro de um ou dois anos, também estará comercializando banana de forma independente, segundo a UPEB.

Dos 137 milhões de caixas de banana importadas pela Comunidade Européia (CE), no ano passado, 41 milhões foram para a França e Reino Unido pelo sistema de tarifa-zero dos acordos da Convenção de Lomé para países da África, Caribe e Pacífico (ACP). Cerca de 42 milhões de caixas foram para a Alemanha Ocidental, através de uma cota especial (tarifa-zero) e, em sua maioria, fornecidas pelas grandes multinacionais norte-americanas. Os outros 54 milhões de caixas entraram na CE pagando uma tarifa de importação de 20%. Dessa parcela, as independentes Colômbia e Nicarágua forneceram 20 milhões.

A maneira como a CE vai regular o mercado de banana depois de 1992 preocupa os países exportadores, principalmente, aqueles que têm nesse produto uma importante fonte de captação de divisas.

Embora o Brasil mantenha-se como o maior produtor mundial de banana (12,5% em 1988) suas exportações correspondem a apenas 1,1% do volume total do comércio internacional. As exportações brasileiras, que declinaram em 1988, são feitas quase que exclusivamente para Argentina e Uruguai, dependendo, portanto, da situação econômica e do poder de compra nesses países.

-Situação Interna

O Brasil é o maior produtor e consumidor mundial de banana, tendo, em 1988, atingido uma produção de 5.146 mil toneladas (FAO), vindo a seguir a Índia 4.596 mil toneladas; China, 2.800 mil toneladas; Filipinas, 2.248 mil toneladas e Equador, 2.218 mil toneladas.

A produção brasileira, em 1988, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 515.585 mil cachos, em uma área de 466.607 hectares e com um rendimento médio de 1.103 cachos/ha. O Estado maior produtor foi a Bahia, 81.020 mil cachos, seguido de São Paulo, 53.210 mil cachos; Santa Catarina, 39.630 mil cachos; Pernambuco, 37.583 mil cachos; Minas Gerais, 36.444 mil cachos; Rio de Janeiro, 34.657 mil cachos e Ceará, 34.493 mil cachos.

A previsão para 1989, divulgada em julho pelo IBGE, é de uma produção de 546.387 mil cachos, representando um acréscimo de 6% em relação a 1988.

Para São Paulo, o Instituto de Economia Agrícola (IEA), com base em levantamento efetuado em setembro, estima uma produção de 1.089,5 mil toneladas, com acréscimo de 10,7% sobre 1988. Essa evolução da produção é toda devida a ganhos de produtividade, uma vez que estima-se uma redução de 5,0% na área plantada. A variação acentuada na produtividade, de um ano para outro, reflete, principalmente, a não ocorrência de fatores climáticos adversos, a exemplo de frio e seca verificados em 1988. Outrossim, a introdução da variedade nanica, a partir da década de 70, simultaneamente ao

adensamento da cultura, propiciou aumento da produtividade da bananicultura paulista, fato melhor visível quando essa variável é medida em kg/ha e obscurecido quando é adotado cachos/ha, uma vez que o peso médio do cacho tem aumentado nesse período (quadro 25).

Da produção paulista de 1988, foram exportados 7,8%, índice superior apenas ao de 1987 (7,1%) que foi a menor proporção nos últimos 20 anos. Essa perda de importância relativa do mercado externo foi basicamente provocada pela elevada taxa de crescimento da produção.

Admitindo-se uma perda de 15% nas zonas produtoras, referente ao peso do engajo e dos ponteiros dos cachos, estima-se que 77% da produção seja comercializada internamente. No Entrepasto Terminal de São Paulo (CEAGESP) foram registradas entradas de cerca de 160 mil toneladas de banana verde, a granel e em caixas (toritos). Nas demais CEASAS do Brasil, segundo a COBAL, foram movimentadas 113 mil toneladas (em 1987) de banana originária de São Paulo (quadro 26).

Considerando ainda uma pequena parcela destinada à industrialização, resta cerca de 50% da produção que seria distribuída ao mercado interno independentemente da rede de centrais de abastecimento.

O preço real médio recebido pelo bananicultor paulista, em 1988, foi 12,9% superior ao de 1987 e 15,8% inferior ao de 1986. Já o preço médio real, praticado no atacado da banana verde (CEAGESP) em 1988, foi o mesmo de 1987 e 30,1% inferior ao de 1986. No varejo, o comportamento real, em 1988, foi diferente, tendo sido 16,2% inferior ao de 1987 e 23,2% inferior ao de 1986. Como os varejistas não conseguiram repassar ao consumidor o aumento do preço pago ao produtor, a parcela dos bananicultores no preço final aumentou (quadros 27 e 28).

A média dos preços recebidos pelos produtores, até setembro de 1989, foi 25,3% superior à de 1988, em termos reais. De outra parte, a estimativa de custo operacional indica também um aumento real da ordem de 35%. Até o momento, estima-se que a receita líquida, em 1989, será positiva, porém, a lucratividade menor que a dos dois anos anteriores.

Para os cultivos cuja colheita ocorrerá,

preponderantemente, no próximo ano, segundo estimativas do IEA, com base nos preços dos insumos e fatores vigentes na segunda quinzena de outubro, o custo operacional para produção da banana varia de NCz\$288,60/t (1.923 BTN/ha) a NCz\$354,24/t (2.361 BTN/ha) nos casos das culturas em morro e várzea, respectivamente (quadros 29 e 30).

QUADRO 25. - Evolução da Cultura da Banana, Estado de São Paulo, 1984 a 1989

Ano	Área (mil ha)	Produção (mil t)	Rendimento (kg/ha)	Preço corrente (Cz\$/t) (1)	Preço real (Cz\$/t) (2)	Custo operacional (Cz\$/t) (2)	Receita líquida (Cz\$/t) (2)	Exportações (t)	Preço das Exportações (US\$/t)	Relação Exp./Prod. (%)
1984	43.1	765.9	19,400	165.64	1,294.62	526.55	768.06	103,151	160.22	13.5
1985	44.9	789.2	18,609	432.38	1,038.16	571.23	466.93	105,296	157.87	13.3
1986	48.7	1,121.9	24,048	1,244.00	1,226.76	368.06	858.71	101,166	137.18	9.0
1987	52.4	1,140.2	22,995	2,998.00	914.75	310.15	604.60	81,220	147.79	7.1
1988	49.3	984.4	21,267	26,564.00	1,033.01	338.36	694.65	76,860	153.06	7.8
1989(3)	46.8	1,089.5	23,280	241.00	1,294.01	457.56	836.45

- (1) NCz\$ em 1989. Preços calculados de acordo com a proporção de colheita mensal (IBGE 1980).
 (2) Corrigidos pelo Índice 2 da FGV - Base março/86.
 (3) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 26.- Entradas Mensais de Banana no Entrepasto Terminal de São Paulo (CEAGESP), 1985/89

(em toneladas) (1)

Mês e ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1985	11.937	11.614	14.892	13.985	13.918	12.707	14.662	15.782	14.133	14.357	13.245	11.667	162.899
1986	13.749	12.896	12.262	12.435	12.319	12.372	13.071	13.847	13.107	13.708	12.764	11.892	154.422
1987	15.029	12.573	14.088	14.240	13.361	12.903	13.983	12.720	12.047	13.205	11.836	11.641	157.626
1988	13.455	13.522	14.502	14.509	13.454	12.055	11.809	12.624	13.174	14.016	13.277	13.363	159.760
1989	14.784	13.609	14.957	12.264	13.097	11.909	12.444	11.447	104.511

(1) Dados originais em caixa ou torito (21kg) e a granel convertidos em toneladas.

Fonte: CEAGESP - Boletins Mensais.

QUADRO 27. - Preços Nominais Recebidos pelos Produtores de Banana, Estado de São Paulo, 1985/89(1)

Mês e ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1985	0.342	0.237	0.170	0.185	0.182	0.149	0.181	0.247	0.548	0.898	1.003	1.043
1986	0.951	0.867	1.030	1.090	1.190	1.130	1.070	0.960	1.360	1.860	1.860	1.490
1987	1.080	1.030	0.930	1.240	1.160	1.550	2.870	3.510	3.800	7.340	8.030	6.840
1988	6.770	6.000	9.980	14.050	15.570	13.850	19.190	39.380	43.970	49.380	52.740	73.360
1989	0.12	0.14	0.16	0.17	0.17	0.17	0.18	0.41	0.66

(1) Média ponderada pela proporção de colheita mensal - Censo IBGE 1980; em Cz\$1.000/kg em 1985; em Cz\$/kg de jan.86 a dez.88; NCz\$/kg de jan.89 em diante.

Fonte: Dados do Instituto de Economia Agrícola, referentes a torito (21 kg) e convertidos em NCz\$/kg.

-52-

QUADRO 28. - Preços Reais Recebidos pelos Produtores de Banana, Estado de São Paulo, 1985/89(1)

Mês e ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1985	1.45	0.91	0.58	0.59	0.54	0.41	0.46	0.55	1.11	1.67	1.62	1.49
1986	1.15	0.86	1.03	1.10	1.19	1.13	1.06	0.94	1.32	1.77	1.73	1.29
1987	0.83	0.70	0.55	0.61	0.45	0.47	0.80	0.94	0.94	1.63	1.56	1.15
1988	0.95	0.72	1.01	1.18	1.10	0.81	0.92	1.54	1.37	1.20	1.00	1.08
1989	1.34	1.31	1.46	1.48	1.32	1.02	0.82	1.34	1.56

(1) Em Cz\$ de março de 1986 convertidos pelo IGP 2 da FGV.

Fonte: Dados do Instituto de Economia Agrícola, referentes a torito (21kg) e convertidos em kg.

QUADRO 29.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Banana de Morro, Tração Motomecanizada, por Hectare, 2.000 pés, Produção de 24t, DIRA do Litoral, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN (1)	Participação percentual (%)
	por ha	por t	por ha	
Mão-de-obra	2.144,69	71,49	476,45	24,77
Aubos e corretivo	3.091,00	103,03	686,68	35,70
Defensivos	526,24	17,54	116,91	6,08
Operação de máquinas	36,38	1,21	8,08	0,42
Outros (2)	2.359,00	78,63	524,06	27,25
Custo Operacional Efetivo	8.157,31	271,91	1.812,17	94,22
Depreciação de máquinas	11,28	0,38	2,51	0,13
Encargos financeiros	489,44	16,31	108,73	5,65
Custo Operacional Total	8.658,03	288,60	1.923,41	100,00

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se à despesa com estacas de bambu.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 30.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Banana de Várzea, Tração Motomecanizada, por Hectare, 2.200 pés, DIRA de Registro, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN (1)	Participação
	por ha	por t	por ha	percentual (%)
Mão-de-obra	1.698,76	56,63	377,38	15,98
Aubos e corretivo	3.091,00	103,03	686,68	29,09
Defensivos	917,15	30,57	203,75	8,63
Operação de máquinas	1.326,10	44,20	294,60	12,48
Empreita (2)	125,00	4,17	27,77	1,18
Outros (3)	2.359,00	78,63	524,06	22,20
Custo Operacional Efetivo	9.517,01	317,23	2.114,23	89,55
Depreciação de máquinas	539,21	17,97	119,79	5,07
Encargos financeiros	571,02	19,03	126,85	5,37
Custo Operacional Total	10.627,24	354,24	2.360,87	100,00

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(2) Refere-se a despesas com transporte de cascalho.

(3) Refere-se à despesa com estacas de bambu.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-LARANJA

-Panorama Internacional

Em setembro de 1989 (11 a 15) realizou-se em Montevideu a oitava reunião do Grupo Intergovernamental sobre Frutos Cítricos do Comitê de Problemas de Produtos Básicos da FAO, a qual compareceram 130 delegados representantes de 21 países produtores e consumidores, dentre os quais incluíam-se Uruguai, Argentina, Brasil (6), Cuba, Canadá, Japão, Estados Unidos e Países da Comunidade Econômica Européia (Itália, Espanha, Alemanha Ocidental e França).

Com base em vários documentos de trabalho preparados pela secretaria da FAO, o grupo realizou uma avaliação da situação atual do mercado de frutos cítricos frescos e processados, bem como uma análise das perspectivas até o ano 2.000.

Diversos pontos importantes foram observados, porém alguns merecem ser destacados:

- os estudos apresentados revelaram que se projeta uma produção de citros superior ao consumo, para o final da próxima década e, portanto, haverá necessidade de se aprofundar as análises sobre a demanda de frutas frescas e produtos cítricos processados;

- a curto prazo, admite-se que as cotações de suco deverão ser mais baixas que as observadas na segunda metade da década de 80, a menos que ocorram sérios problemas de produção nos dois principais países produtores (Estados Unidos e Brasil) por causa de adversidades climáticas;

- a evolução do processamento industrial de cítricos refletiu as mudanças na estrutura de produção e o impacto da demanda por sucos nos países de rendas mais elevadas, enquanto nos países em desenvolvimento, os aumentos de consumo se devem ao segmento de fruta fresca;

- ao nível mundial, tem-se industrializado ao redor de 40% da produção global, evidenciando-se que as exportações de frutas frescas mantêm-se estáveis, ao passo que o comércio de produtos cítricos aumentou bruscamente, avaliando-se que em 1987 tenha alcançado US\$1,7 bilhão. Todavia, haverá necessidade de se melhorar as estatísticas de comércio, de con-

sumo e de produção;

- alguns delegados de países importadores enfatizaram que ao mesmo tempo que se deve dedicar todos os esforços para aumentar o consumo e criar demanda, os programas de produção também necessitam ser cuidadosamente reavaliados e que cada país deveria examinar seus planos de médio prazo, para determinar se a expansão da produção irá proporcionar rentabilidade aos agricultores;

- o representante do Canadá expressou que a importação de suco concentrado de laranja significa uma competição à produção interna de maçãs. De outra parte, a delegação da Comunidade Econômica Européia informou que a Comunidade não tem intenções de ampliar os "preços-suporte" para a fruta destinada ao processamento industrial nos países membros do Mercado Comum Europeu. Porém, a industrialização representa uma saída para o equilíbrio de mercado e necessita de subsídios pela forte competição do suco do Hemisfério Sul (Brasil) e, principalmente, pela falta de estabilidade das cotações no mercado;

- em diversos países, as plantações estão aumentando tendo em vista o suprimento dos seus mercados internos e eventual exportação de excedentes. De qualquer forma, representarão uma menor demanda potencial para os exportadores e, possivelmente, estarão protegidos por barreiras tarifárias e não tarifárias, restringindo o comércio internacional.

Para a safra 1989/90, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), divulgou em 12 de outubro de 1989 sua primeira estimativa de produção, confirmando as expectativas de que na Flórida a colheita será 11% menor neste ano (130,0 milhões de caixas contra 146,6 milhões na safra anterior) e, possivelmente, de baixa qualidade, devido aos ventos frios que em fevereiro (24-25/02/89) afetaram seriamente a floração das plantas cítricas, prejudicadas depois por uma estiagem.

Com a redução dos preços de exportação do suco concentrado congelado do Brasil, em função da maior quantidade a ser ofertada nesta safra e com as preocupações de não se encerrar o ano com grandes estoques em julho de 1990, em vista de que se antevia novo aumento de produção em São Paulo na safra 1990/91, o que estaria a exigir uma agressividade nas ven-

das, as indústrias da Flórida também se viram forçadas a baixar seus preços para se manterem competitivas e, portanto, reduzir a remuneração aos produtores. Tal situação está provocando um choque entre os citricultores americanos num ano em que também a produção é menor, de modo que a receita bruta total poderá ser bastante afetada.

Note-se, portanto, que mais uma vez, nas duas grandes regiões produtoras não ocorrerão ao mesmo tempo colheitas normais, o que provocaria sérios problemas de mercado, com fortes reduções nas cotações de suco concentrado. De outra parte, poderá haver maior competição com os sucos de outras frutas, em especial com o de maçã, aliás fato que vem se observando na década de oitenta, devido às maiores disponibilidades e preços relativamente mais baixos.

Em decorrência das estimativas de menor produção de suco nos Estados Unidos e de aumento na demanda, as necessidades de importação serão substancialmente maiores que na safra 1988/89 (segundo o Departamento de Citros da Flórida cerca de 62% mais). Nessa situação, as indústrias da Flórida terão que adquirir crescentes volumes de suco para poderem atender seus clientes e competirem com o Brasil no fornecimento de suco (feito a granel) para as grandes empresas consumidoras dos Estados Unidos.

Finalmente, observe-se que no mercado americano o maior avanço no consumo vem ocorrendo no segmento de suco refrigerado ("chilled juice") e menos no de suco concentrado congelado. De outra parte, continua a expansão das áreas plantadas com laranja nos Estados Unidos (+2,5% nos últimos dois anos) e na Flórida (+3,5% entre 1986/87 e 1988/89) onde também a produtividade por área está aumentando.

Quanto ao Japão, dentro do programa de liberação do mercado a se concretizar totalmente a partir de 1992, haverá nova ampliação da cota oficial de importação de suco concentrado (58º brix) para 23 mil toneladas, no ano fiscal de 01/04/90 a 31/03/91.

-Situação Interna

No Brasil, atualmente o maior produtor mundial de citros, a colheita de laranja e tange-

rinhas em 1988 está estimada em cerca de 320 milhões de caixas (de 40,8kg), de acordo com os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse total, a posição de destaque cabe ao Estado de São Paulo, cuja safra, em junho, era avaliada oficialmente em 287,7 milhões de caixas de laranja e 14,8 milhões de caixas de tangerinas. Acrescente-se, ainda, 13,3 milhões de caixas de limão (quadros 31 e 32).

Também nos segmentos ligados à agroindústria citrícola de São Paulo admitia-se, em outubro, que a produção de laranja e tangerinas deverá ultrapassar 290 milhões de caixas, das quais cerca de 230 milhões deverão ser processadas industrialmente para elaboração de aproximadamente 860 mil toneladas de suco concentrado congelado (65º Brix) na safra industrial 1989/90.

Esse suco destinado quase que exclusivamente à exportação, visto que o mercado interno absorve não mais que 15 a 20 mil toneladas por ano, é exportado para mais de 30 países nos cinco continentes, em particular para os Estados Unidos e Europa Ocidental e deverá proporcionar uma receita cambial superior a 1 bilhão de dólares FOB. Deve-se observar que em julho, ao início da safra, os estoques da safra anterior estavam reduzidos (cerca de 35 a 40 mil toneladas) e que na colheita de 1989, a maturação foi retardada por condições climáticas.

Na atual safra, as exportações para os Estados Unidos poderão ser ampliadas (+36%), devido à queda de 11% da produção na Flórida e pequeno aumento de consumo no mercado norte-americano, a despeito dos preços pouco mais altos de vendas no varejo até no momento, ao mesmo tempo que deverão crescer as exportações para os países da Europa (+20%) e Japão, favorecidas pela desvalorização do dólar frente às suas moedas nacionais, pela ampliação das cotas de importação no mercado japonês e pela redução das cotações internacionais de suco concentrado.

As políticas aduaneiras e protecionistas continuam a restringir o mercado mundial e a inibir o aumento de consumo. Contudo, a tendência do comércio internacional é caminhar para liberalização e, no caso dos sucos cítricos, a importação é fator importante para permitir a comercialização de produções nacionais de al-

guns países, seja pela mistura ("blends") com produtos de melhor qualidade ou para economia de escala.

No tocante à evolução do número de pés plantados no Estado de São Paulo, considerando-se o período 1975-89, a taxa geométrica média anual foi de 6,1% para laranja, de -0,7% para tangerina e de 2,9% para limão, ou seja, inferiores àquelas observadas no período 1970-81 (respectivamente 9,6%, 6,5% e 5,3%). Concomitantemente, as taxas geométricas de aumento da produção foram de 8,9% ao ano no caso da laranja, de 1,2% para tangerina e 2,7% para limão.

No período analisado, os elevados percentuais de pés novos (com até 3 anos) tenderam a mascarar a produtividade média e se constituem em importante elemento para projeções de longo prazo, visto que se estima que em 1989 a distribuição etária dos pés de laranja era a seguinte: 21% com até 3 anos; 20% com 4 a 7 anos de idade; 9% com 8 a 10 anos e 50% com mais de dez anos.

Sem dúvida, o elevado índice de plantio anual nessas duas décadas foi decorrente da expectativa dos produtores quanto a preços atrativos e remuneradores da produção, e que parece deverá perdurar nos próximos dois ou três anos, a julgar-se pelo número estimado de mudas em formação nos viveiros em São Paulo, sobre os quais, infelizmente, não se dispõe de um controle oficial mais efetivo e que se constitui no ponto mais fraco no planejamento da atividade citrícola, além de torná-la relativamente vulnerável em termos técnico-sanitários, ainda que o padrão das mudas possa ser considerado bom.

O entusiasmo dos citricultores paulistas tem se estendido aos de outros Estados. Assim, a tendência tem sido de crescimento do plantio em outras regiões produtoras, destacando-se entre elas Sergipe, Triângulo Mineiro, Rio Grande do Sul, Goiás, nordeste da Bahia e oeste Catarinense, onde a presença ou a futura instalação de fábricas, relativamente pequenas em comparação com as instaladas em São Paulo, tem propiciado o crescimento da citricultura ao representarem uma absorção praticamente garantida para a produção.

De outra parte, foi notória a migração da citricultura fluminense para áreas cada vez mais

distantes do Rio de Janeiro, devido à valorização das terras na região de Itaboraí e Araruama, onde o turismo e áreas de lazer ocuparam grandes extensões. Com isso, houve estabilização na área plantada pois as colheitas se dirigem quase que exclusivamente ao mercado de fruta fresca, sendo o refúgio da seleção e benefício enviado para as indústrias em São Paulo.

Com uma capacidade nominal instalada da ordem de 300 milhões de caixas de laranja por safra (junho a fevereiro), pode-se calcular uma taxa de ociosidade de 20% embora variável entre as 20 fábricas que se encontravam em funcionamento no Brasil e onde se achavam instaladas quase 900 extratoras, para uma capacidade de evaporação estimada em mais de 4 milhões de libras/hora.

Conquanto a preferência dos consumidores brasileiros seja por fruta fresca para ser consumida ou espremida nas residências e em outros locais de consumo (bares, lanchonetes, hotéis e restaurantes), o poder de compra continua sendo erodido pela inflação e, em particular, pela elevação dos preços da laranja no mercado interno. Assim, considerando-se apenas as cotações de laranja no mercado varejista da capital paulista, calcula-se que o poder de compra do salário-mínimo diminuiu desde 1980, com exceção em 1983 e 1986 quando, devido à queda dos preços pagos aos citricultores e ao Plano Cruzado, ocorreram momentâneas recuperações.

Nesse contexto, muitos atacadistas de fruta fresca, que em grande proporção são também produtores de citros, tem optado por diminuir ou encerrarem temporariamente suas atividades comerciais preferindo vender suas produções para as fábricas que lhes garantem uma remuneração segura, ao invés de se arriscarem num mercado incerto onde diariamente são tomadores de preços, sujeitos às livres forças da oferta e da procura, em que os custos (frete, mão-de-obra e aluguel no CEASA) são crescentes, e obrigados a dar prazos de pagamento aos seus compradores, nem sempre honrados pontualmente.

Como resultado, o volume transacionado ao nível de atacado, no Entrepasto Terminal do Jaguaré (CEAGESP), em São Paulo, tem se mostrado praticamente estagnado nos últimos anos, embora se saiba que muitos supermerca-

dos têm recebido fruta ensacada (2kg e 5kg) diretamente dos barracões de embalagem ("packing-houses") situados no interior. Ao mesmo tempo, os atacadistas têm, gradualmente, se afastado dos produtores, passando a adquirir fruta já colhida pelas fábricas, o que lhes permite comprar na medida das necessidades (tipos e variedades) e de acordo com a evolução do mercado, sem ter que investir grandes somas na aquisição dos pomares e sem preocupações com turmas de colheitas (volantes).

Quanto à exportação de fruta fresca, não houve uma tendência definida, variando tanto os volumes embarcados como os preços médios obtidos, que de 1978 a 1988 oscilaram em torno de US\$210,00/t FOB-Santos no caso da laranja, de US\$267,00/t para tangerinas e US\$505,00/t no caso do limão verdadeiro. Para as limas ácidas (limão taiti) houve expressivo aumento nas vendas, a preços relativamente estáveis (US\$365,00/t), acompanhando as mudanças de hábitos de consumo nos países importadores da Europa que passaram a absorver crescentes quantidades da fruta com casca verde, ao contrário dos limões verdadeiros, em geral, de cor amarela quando maduros (quadro 33).

Graças à adoção, pelo segundo ano consecutivo, do contrato de participação, considerada a melhor sistemática comercial entre produtores e indústrias na década de 80, os citricultores receberam, pela fruta colhida na safra 1987/88, os preços mais elevados do período 1970 a 1988. E, o que é mais importante, livres da ação estatizante do Governo na economia e mais próximo da realidade do mercado internacional de sucos cítricos, onde os dois segmentos que compõem essa agroindústria se acham diretamente envolvidos. Para o Governo, o sistema adotado foi interessante, pois passou a receber menor pressão dos interessados, visto que não foi necessário arbitrar preços e se envolver em ásperas reuniões. Também em termos de receita para o País, as mudanças do valor mínimo da guia de embarque nas exportações, acompanhando mais de perto as cotações do mercado, dificultaram a transferência de ganhos para os importadores, ao contrário de um valor fixado arbitrariamente e muito pouco flexível.

Na safra 1987/88, esse plano de participação especificou o recebimento pelos produtores de sinal de US\$1,30/cx. por ocasião da assinatura

do contrato de compra e venda da colheita (março/abril de 1988) e mais sete parcelas de US\$0,15/cx. a partir de setembro de 1988 até março de 1989 (total de US\$1,05). O pagamento final, no início de julho de 1989, em função do resultado obtido nas vendas de suco concentrado congelado no período de 01/07/88 a 30/06/89, calculado a partir das cotações registradas na Bolsa de Nova York elevou o preço da safra a US\$3,74/cx. de laranja pera. (para a hanlim US\$3,18/cx. e para tangerina US\$2,81/cx. Para a safra agrícola 1988/89 (industrial 1989/90), o valor do sinal variou de US\$1,00 a 1,30/caixa e mais 6 a 8 parcelas de US\$0,15/caixa de colheita, prevendo-se que ao final da safra (junho 1990) atinja ao redor de US\$2,30, desde que não ocorram geadas na Flórida.

Evidentemente, a garantia de colocação da produção a preços remunerativos e favoráveis à laranja frente a outros cultivos, particularmente café e cana, é fator suficiente para explicar a expansão no plantio e que poderá perdurar ainda nos próximos dois ou três anos, com o surgimento de novos pólos citrícolas no Estado de São Paulo. Acrescente-se que a forma de pagamento adotada pela indústria permite que o produtor, com bom gerenciamento administrativo, possa prescindir de empréstimos bancários na condução de seus pomares adultos, o que parece não ocorrer com nenhum outro produto agrícola cujo recebimento se verifica quase sempre após sua colheita e comercialização.

Estimativa de custo operacional para formação de pomar com um hectare (212 plantas), elaborada pelo IEA com base nos preços dos insumos e fatores vigentes na segunda quinzena de outubro, avalia em NCz\$15.453,08 (equivalentes a 3.433 BTN) os dispêndios até o quarto ano, ou seja, cerca de US\$15,00 por planta até entrar em produção comercial. Outrossim, o custo de produção de uma caixa (40,8kg) para a safra 1989/90 está estimada em NCz\$7,11 ou US\$1,50/caixa (quadro 34).

As projeções de oferta e demanda para os próximos anos parecem indicar que o Brasil poderá desenvolver uma política de exportação de suco concentrado e de fruta fresca que lhe permita disputar parcela ainda maior no mercado.

Para tanto, o Governo brasileiro deverá buscar, ao nível mundial, a eliminação de políticas protecionistas que restringem o acesso a

diversos mercados, que deprimem os preços recebidos pelos exportadores nacionais e ao mesmo tempo elevam os custos para os consumidores externos, limitando a demanda.

No caso da fruta fresca haverá necessidade de se reorganizar e equipar melhor o segmento, envolvendo-se os interesses privados para encaminhamento das soluções. A existência de maior volume de fruta exportável é uma condicionante fundamental na evolução dos negócios.

Ao nível de agricultura, as evidências são claras de que os citricultores deverão conseguir maior produtividade o que propiciará uma redução de custos de produção por unidade, de forma que não ocorram desestímulos quando houver rebaixamento das cotações dos produtos industrializados.

Nesse sentido, não se pode esquecer que não é possível vender maiores quantidades a preços cada vez mais altos ou até mesmo destacar de que será preciso reduzir um pouco os preços, não só para vender mais, mas também para evitar a entrada de outros países concorrentes, que se mostram inclinados a plantar pelas atuais cotações internacionais.

A curto prazo, a perspectiva para a próxima safra é de que a colheita poderá se situar ao redor de 260 milhões de caixas, ou seja, inferior a atual, devido a ventos frios, choques térmicos e estiagem, após uma exuberante florada que a princípio fazia antever-se uma safra recorde. Caso esse volume se confirme, deverá haver uma recuperação das cotações de suco concentrado.

QUADRO 31.- Número de Pés Plantados de Citros, Estado de São Paulo, 1980-89

Ano	Laranja		Tangerina		Limão		Total
	1.000 pés	%	1.000 pés	%	1.000 pés	%	1.000 pés
1980	106.090	90	7.990	7	3.580	3	117.660
1981	106.240	89	8.760	7	4.040	4	119.040
1982	107.580	90	8.320	7	3.990	3	121.780
1983	112.520	90	8.390	8	4.210	2	125.120
1984	117.390	91	7.243	6	4.070	3	128.703
1985	129.020	91	7.230	5	4.850	4	141.100
1986	135.585	92	6.736	4	5.380	4	147.701
1987	144.740	93	5.705	3	5.890	4	156.335
1988(1)	156.470	92	7.174	4	6.810	4	170.454
1989(2)	170.070	92	7.250	4	7.180	4	184.500

(1) Sujeito à revisão.

(2) Preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 32.— Produção de Frutas Cítricas, Estado de São Paulo, 1980-89

(em 1.000cx.de 40,8kg)

Ano	Laranja		Tangerina		Limão		Produção total
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	
1980	166.790	87	15.870	8	8.850	5	191.510
1981	175.400	87	13.980	9	8.510	4	202.890
1982	184.410	88	17.650	8	8.160	4	210.220
1983	188.850	87	18.765	9	8.280	4	215.895
1984	205.090	89	15.960	7	7.840	4	228.890
1985	218.000	90	16.370	7	8.600	3	242.970
1986	190.070	89	14.670	7	8.510	4	213.250
1987	234.350	92	11.750	5	9.710	3	255.810
1988(1)	248.780(2)	90	14.422	5	12.540	5	275.742(2)
1989(3)	287.740	91	14.810	5	13.340	4	315.890

(1) Sujeito à revisão.

(2) O mais provável 221.400 caixas e 248.362 caixas, respectivamente.

(3) Preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 33.- Exportação de Citros, (1) Brasil, 1978/88.

Ano	Laranja		Tangerina		Limão		Lima	
	Quantidade (t)	Preço (US\$/t)	Quantidade (t)	Preço (US\$/t)	Quantidade (t)	Preço (US\$/t)	Quantidade (t)	Preço (US\$/t)
1978	45.407	153,00	2.584	143,00	569	541,00	-	-
1979	89.605	195,00	5.944	248,00	1.651	364,00	-	-
1980	82.239	180,00	11.777	305,00	883	639,00	-	-
1981	59.680	240,00	5.668	361,00	887	596,00	-	-
1982	70.059	243,00	6.036	321,00	631	808,00	-	-
1983	48.690	209,00	5.429	255,00	447	647,00	298	472,00
1984	48.959	230,00	2.357	248,00	241	406,00	699	338,00
1985	74.924	249,00	4.101	285,00	130	414,00	1.747	381,00
1986	87.867	190,00	7.120	254,00	377	358,00	2.231	380,00
1987	81.093	212,00	5.878	251,00	278	280,00	2.207	364,00
1988	79.111	211,00	5.472	265,00	97	543,00	2.447	394,00

-62-

(1) Refere-se à fruta fresca, NBM 08.02.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX).

QUADRO 34.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Laranja, Formação e Manutenção, 1 Hectare, (212 pés) Tração Motomecanizada, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

	Produti- vidade		Mão-de- obra	Muda	Adubo e corre- tivo	Defen- sivo	Opera- ção de máqui- nas	Depre- ciação(1)	Encargos finan- ceiros	Custo por hectare	Custo por unidade	BTN por ha(2)	US\$/ha(3)	US\$/Cx.
	Ha	Unid.												
Formação														
1o. ano	-	-	950,54	1.658,96	475,20	131,70	1.222,08	531,16	266,31	5.235,96	-	1.163,18	1.102,31	-
2o. ano	-	-	655,98	-	213,60	258,58	698,55	339,89	109,60	2.276,19	-	505,66	479,20	-
3o. ano	212	-	821,41	-	712,48	358,53	909,88	441,47	168,14	3.411,91	16,09	757,97	718,30	3,39
4o. ano	318	cx.	1.038,69	-	476,48	772,01	1.372,13	650,15	219,56	4.529,02	14,24	1.006,14	953,48	3,00
Manutenção	549,33	cx.	354,24	-	1.256,63	795,46	546,93	774,26	177,20	3.904,72	7,11	867,45	822,05	1,50

(1) Inclui depreciação de trator e de implementos e para o pomar em produção inclui, também, a depreciação do pomar, calculada tomando-se como base o preço de US\$2,30/cx., como expectativa para a safra 1989/90.

(2) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

(3) Valor médio do dólar na segunda quinzena de outubro = NCz\$4,75.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-PECUÁRIA DE LEITE

-Panorama Internacional

Em 1989, a produção de leite de vaca nos principais países produtores deverá crescer aproximadamente 0,8%, atingindo 433,9 milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Dentre eles, os que mais colaboraram para esse desempenho foram os Estados Unidos, a União Soviética e a Índia, contrabalançando ligeira queda em outros países, principalmente, os da Comunidade Econômica Européia (CEE). Nos Estados Unidos, a despeito dos preços elevados dos concentrados devido à seca no último verão, prevê-se uma produção recorde de leite (66,9 milhões de toneladas), 1,3% a mais que a de 1988, devido ao incremento da produtividade de rebanho. Na União Soviética, a produção estimada para 1989 é de 107,3 milhões de toneladas de leite, ou seja, acréscimo de 1% e na Índia, esse aumento deverá ser de 7%, totalizando 24,0 milhões de toneladas.

Por outro lado, a produção de leite da Comunidade Econômica Européia, em 1989, deverá girar em torno de 107,4 milhões de toneladas, 1,2% a menos que a do ano anterior, decréscimo este registrado na Bélgica, França, Reino Unido e Holanda.

Os programas de redução de oferta de leite implementados nos anos 80, principalmente, pelos Estados Unidos e CEE, aliado ao incremento das importações de leite em pó e outros derivados lácteos, realizados especialmente pela União Soviética, Brasil e México em 1986 e 1987, propiciaram significativa queda nos estoques mundiais desses produtos em 1988 e 1989. Dessa forma, os estoques de leite em pó desnatado, manteiga e queijo que eram de, respectivamente, 1,66 milhão de toneladas, 2,08 milhões de toneladas e 1,54 milhão de toneladas, em 1986, caíram sensivelmente ao longo dos anos, estando estimados em 407 mil toneladas, 724 mil toneladas e 1,32 milhão de toneladas para 1989. Como consequência, os preços dos derivados lácteos no mercado internacional elevaram-se significativamente. O leite em pó desnatado, cuja cotação no final de 1986 estava em torno de US\$680,00 a 720,00 FOB por tonelada, atingiu US\$1.750,00 a 2.000,00 FOB por tonela-

da no início de 1989. Essa mesma tendência verificou-se com relação à manteiga cujos preços foram majorados de US\$800,00 a 1.000,00 FOB por tonelada no final de 1986 para US\$1.650,00 a 1.900,00 FOB por tonelada, e com as cotações de queijo que passaram de US\$1.000,00 a 1.100,00 FOB por tonelada para US\$1.750,00 a 1.950,00 FOB por tonelada no começo de 1989. Há expectativa de que os preços desses produtos mantenham-se firmes ainda em 1990.

-Situação Interna

O total de leite destinado à indústria de laticínios no Brasil atingiu 9,9 bilhões de litros em 1988, volume 11,4% superior ao de 1987, de acordo com levantamento da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em virtude do aumento da oferta de leite no primeiro semestre, ainda como reflexo dos bons reajustes de preços recebidos pelos produtores durante 1987. De janeiro a agosto de 1989, o volume total de leite recebido pela indústria foi de 5,7 bilhões de litros, 6,2% inferior ao do mesmo período do ano anterior, em consequência da baixa remuneração ao produtor desde o final de 1987 e da estiagem que afetou as pastagens das principais regiões produtoras no segundo semestre de 1988.

A média dos preços reais ao nível do produtor, de janeiro a outubro do corrente ano, indica decréscimos da ordem de 11,4% e 22,0% em relação aos equivalentes períodos de 1988 e 1987, respectivamente. Salienda-se, inclusive, de que se trata do menor preço médio real dos últimos 30 anos (quadro 35 e figura 1).

A planilha de custo de produção de leite C elaborada pela EMBRAPA, que tem sido utilizada pelo Governo como referencial para os reajustes dos preços ao longo do ano, indicou para novembro de 1989 um custo total de NCz\$1,79/litro, contra NCz\$1,39/litro recebido pelo produtor a partir de 1º de novembro. O custo operacional do leite C, calculado pelo IEA, para a segunda quinzena de outubro no município de Guaratinguetá (SP) foi de NCz\$1,40/litro enquanto que para o leite tipo B foi de NCz\$1,76/litro (quadros 36 e 37).

Os resultados da política de preços desestimulantes à produção leiteira, principalmente, no caso do leite tipo C, também podem ser per-

cebidos através de dados de distribuição de leite na Grande São Paulo. De janeiro a setembro do corrente ano foram comercializados 575 milhões de litros, dos quais 50,0% do tipo C, 35,7% do tipo B e 15,3% de leite em pó reconstituído, enquanto que no mesmo período de 1988, para um total de 625 milhões de litros, os percentuais correspondentes foram de 64,5%, 26,8% e 8,7%, respectivamente (quadro 38).

A partir de abril (início da entressafra), o leite (principalmente, do tipo C) começou a faltar nos principais segmentos de distribuição varejista, como padarias e supermercados. Nos meses seguintes (aproximadamente de maio a setembro), os produtores de leite B conseguiram colocar no mercado, a despeito do preço mais elevado, praticamente todo o volume produzido, como leite B. Ao mesmo tempo houve necessidade de aumentar a oferta de leite em pó reconstituído. Na ausência de estoque regulador, o Governo foi obrigado a importar, a preços subsidiados, aproximadamente 70 mil toneladas de leite em pó da Argentina, CEE e Estados Unidos, sendo 30 mil toneladas internalizadas pela indústria privada.

Para reforçar o quadro de desequilíbrio entre oferta e demanda de leite fluido, o congelamento dos preços no varejo, decorrente da implantação do Plano Verão (em janeiro de 1989), acabou propiciando o desvio de leite C para aqueles segmentos da indústria que não tinham seus preços controlados anteriormente e que, portanto, estavam com suas rendas protegidas, podendo oferecer ao pecuarista melhor preço pelo litro da mesma matéria-prima. Como exemplo, cite-se o segmento de iogurtes e queijos. Dados do Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, para o Estado de São Paulo, mostram que de janeiro a junho de 1989, em comparação ao mesmo período de 1988, houve redução na oferta de leite pasteurizado tipo C (-5,8%), leite pasteurizado tipo B (-3,4%) e manteiga (-0,5%) e elevação na oferta de leite em pó (4,5%), queijos (17,0%) e iogurtes (19%).

Em junho de 1989, aproveitando a oportunidade de mais um acordo de preços não cumprido pelo Governo, os produtores de leite pleitearam a liberação do preço do produto. O tabelamento, que dura há quase meio século, além de não ter cumprido um de seus principais

objetivos, que era o de garantir o consumo de leite da população mais carente do País, dificultou ao setor produtivo e de comercialização as possibilidades de se estruturarem de forma mais homogênea e equilibrada, o que implicaria no atendimento das necessidades dos consumidores de forma mais permanente.

Cabe ao novo Governo, que toma posse em março de 1990, enfrentar as dificuldades do setor: ausência de estoque regulador e expectativa de produção inferior à dos últimos anos, reforçada por um mercado internacional com baixos estoques e preços elevados. As medidas de estímulo à produção e formação de estoque deveriam estar sendo tomadas agora. Assim, a curto prazo, as perspectivas não são nada animadoras, indicando sérios problemas de abastecimento de leite para a entressafra de 1990.

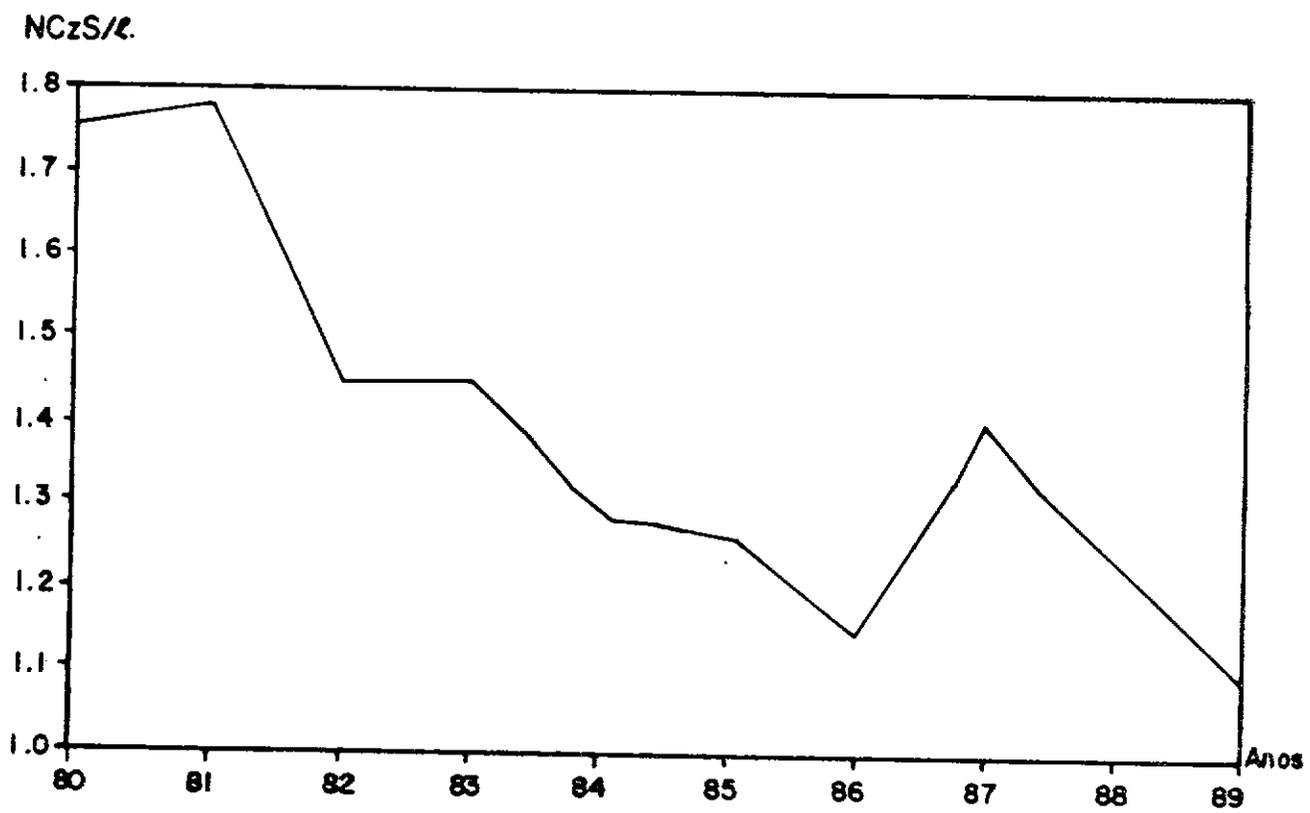


FIGURA 1. - Médias Anuais dos Preços Reais Recebidos Pelos Produtores de Leite C, Estado de São Paulo, 1980/89⁽¹⁾.

⁽¹⁾ 1989 - Média dos preços de Janeiro a Outubro.

Fonte: Dados básicos do IEA corrigidos pelo IGP-FGV.

QUADRO 35.- Preços Reais do Leite C, ao Nível de Produtor, 1985-1989(1)

(em cruzado novo)

Mês	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
Jan.	1,55	1,70	1,54	1,39	1,44	1,30	1,18	1,58	1,24	1,21
Fev.	1,50	1,68	1,45	1,32	1,29	1,18	0,97	1,43	1,26	1,20
Mar.	1,42	1,57	1,35	1,57	1,27	1,36	0,98	1,29	1,23	1,15
Abr.	1,35	1,68	1,54	1,48	1,44	1,33	1,00	1,63	1,26	1,10
Mai.	1,78	1,88	1,48	1,39	1,34	1,23	1,00	1,28	1,33	1,06
Jun.	2,10	1,91	1,37	1,70	1,24	1,14	0,99	1,65	1,28	1,02
Jul.	2,04	2,06	1,54	1,52	1,31	1,28	1,30	1,68	1,20	1,06
Ago.	1,97	1,93	1,48	1,38	1,25	1,28	1,30	1,62	1,20	1,09
Set.	1,88	1,85	1,45	1,48	1,13	1,18	1,29	1,51	1,16	1,03
Out.	1,84	1,79	1,39	1,42	1,36	1,38	1,27	1,57	1,21	1,03
Nov.	1,84	1,71	1,37	1,36	1,24	1,30	1,26	1,47	1,22	...
Dez.	1,81	1,64	1,51	1,36	1,15	1,16	1,17	1,35	1,16	...
Média	1,76	1,78	1,45	1,45	1,29	1,26	1,14	1,40	1,23	1,09(2)

(1) Corrigido pelo IGP-FGV, outubro de 1989 = 100.
 (2) Média de janeiro a outubro.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 36.- Estimativa de Custo Operacional de Produção do Leite tipo C, 1.000 litros, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, Outubro de 1989

Item	NCz\$ por 1.000 l	BTN(1) por 1.000 l	Participação percentual (%)
Despesas com o Rebanho			
Mão-de-obra	166,50	36,99	11,89
Operação de máquinas	24,87	5,52	1,78
Forragem	182,44	40,53	13,02
Suplemento alimentar	597,36	132,71	42,65
Vacinas e medicamentos	36,55	8,12	2,61
Despesas com Pastagem			
Mão-de-obra	158,94	35,31	11,35
Fertilizantes	-	-	-
Defensivos	1,76	0,39	0,13
Outros(2)	69,22	15,38	4,94
Transporte de Leite	60,00	13,33	4,28
Custo Operacional Efetivo	1.297,64	288,27	92,64
Depreciação de máquinas	27,31	6,07	1,95
Depreciação de benfeitorias	37,76	8,39	2,70
Encargos financeiros	38,04	8,45	2,72
Custo Operacional Total	1.400,75	311,18	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se a despesas com manutenção de cercas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 37.- Estimativa de Custo Operacional de Produção do Leite tipo B, 1.000 litros, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, Outubro de 1989

Item	NCz\$ <u>por 1.000 l</u>	BTN(1) <u>por 1.000 l</u>	Participação percentual (%)
Despesas com o Rebanho			
Mão-de-obra	79,56	17,67	4,55
Operação de máquinas	23,13	5,14	1,32
Forragem e silagem	379,86	84,39	21,72
Suplemento alimentar	832,93	183,04	47,62
Vacinas e medicamentos	29,63	6,58	1,69
Despesas com Pastagem			
Mão-de-obra	103,14	22,91	5,90
Fertilizantes	53,00	11,77	3,03
Defensivos	2,08	0,46	0,12
Outros(2)	28,97	6,44	1,66
Transporte de Leite	90,00	19,99	5,14
Custo Operacional Efetivo	1.622,30	358,40	92,23
Depreciação de máquinas	35,34	7,85	2,02
Depreciação de benfeitorias	48,88	10,86	2,79
Encargos financeiros	51,76	11,50	2,96
Custo Operacional Total	1.758,28	388,61	100,00

- (1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.
(2) Refere-se a despesas com manutenção de cercas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 38.- Distribuição Mensal dos Leites B, C e Reconstituído, Grande São Paulo, 1986 a 1989

(em 1.000 litros)

(continua)

Mês	1986				1987			
	Total	B	C	Reconst.	Total	B	C	Reconst.
Jan.	57.008	12.692	39.889	4.427	71.386	25.293	33.140	12.593
Fev.	52.948	12.905	33.973	6.070	58.848	22.810	25.300	10.738
Mar.	59.300	17.882	33.649	7.769	65.938	23.756	25.712	16.470
Abr.	56.127	19.200	27.085	9.842	61.128	23.338	12.542	25.248
Mai.	55.260	20.643	22.376	12.241	71.593	26.815	14.173	30.605
Jun.	56.179	21.243	19.084	15.852	63.684	22.129	12.054	29.501
Jul.	55.256	21.826	19.406	14.294	64.876	22.001	15.041	27.834
Ago.	65.912	23.361	17.772	24.779	70.844	22.918	20.553	27.373
Set.	71.232	23.897	16.518	30.817	70.280	21.990	20.435	27.855
Out.	74.887	24.244	16.244	34.399	72.936	22.411	34.845	15.680
Nov.	72.783	23.834	14.844	34.105	71.302	22.022	46.507	2.773
Dez.	72.544	24.857	15.356	32.331	68.541	20.563	47.260	718
Total	749.706	246.584	276.196	226.926	811.356	276.046	307.562	227.748

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

QUADRO 38.- Distribuição Mensal dos Leites B, C e Reconstituído, Grande São Paulo, 1986 a 1989

(em 1.000 litros)

(conclusão)

Mês	1988				1989			
	Total	B	C	Reconst.	Total	B	C	Reconst.
Jan.	68.482	19.660	47.441	1.381	65.722	14.475	49.592	1.705
Fev.	68.136	19.089	47.350	1.697	61.991	13.834	44.649	3.508
Mar.	74.037	20.357	51.459	2.221	68.539	16.418	45.333	6.788
Abr.	69.117	18.813	46.645	3.659	62.983	15.723	39.059	8.201
Mai.	70.621	19.050	46.275	5.296	63.960	24.457	28.501	11.002
Jun.	68.352	18.241	43.509	6.602	55.306	26.761	19.159	9.386
Jul.	69.419	17.515	42.809	9.095	62.956	31.450	16.397	15.109
Ago.	69.364	17.521	40.085	11.758	66.994	31.051	18.233	17.710
Set.	67.705	17.443	37.416	12.846	66.472	31.061	20.560	14.851
Out.	69.441	17.254	38.045	14.142
Nov.	67.859	16.679	44.777	6.403
Dez.	67.599	15.459	48.424	3.716
Total	830.132	217.081	534.235	78.816

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

-PECUÁRIA DE CORTE

-Panorama Internacional

De acordo com a previsão de setembro de 1989 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção mundial de carne bovina em 1988 foi de 45,3 milhões de toneladas, superando em 0,6% a obtida no ano anterior. Para 1989 e 1990, as estimativas e projeções indicam estabilização da produção em 45,1 milhões de toneladas (quadro 39).

Nos Estados Unidos, principal produtor mundial de carne bovina, o decréscimo previsto na produção do corrente ano deverá ser da ordem de 3,0%. Com a lenta evolução dos abates na presente década, decorrência da menor intensidade de descarte de animais do rebanho leiteiro, está prevista recuperação dos efetivos do rebanho bovino estadunidense a partir de 1990. O declínio de suprimento de carne bovina e os novos hábitos alimentares dos americanos, com substituição das carnes vermelhas por carnes alternativas, como a de aves, tem sido fator preocupante para o segmento da indústria de carne bovina nos Estados Unidos. Conseqüentemente, o US National Livestock and Meat Board pretende investir US\$60 milhões em programas de incentivo ao consumo de carne vermelha no país no decorrer do ano fiscal de 1990.

Na União Soviética, a produção de carne bovina em 1988 superou em 2,0% o total obtido no ano anterior. Para 1989 e 1990 são esperados menores incrementos na produção, em vista de decréscimo no número de abates. As boas condições climáticas no país, a partir de janeiro de 1989, vêm favorecendo o suprimento de alimentação animal (forragem e concentrados), que até então encontrava-se bastante limitado. Conseqüentemente, mesmo com abates reduzidos, o crescimento previsto na produção do próximo ano será decorrência de melhoria no peso das carcaças, aumentando o rendimento por animal abatido.

A produção de carne bovina na Comunidade Econômica Européia (CEE), em 1988, foi de 7,6 milhões de toneladas, 6,0% inferior à de 1987. Para 1989 está previsto outro decréscimo, da ordem de 630 mil toneladas a menos que o

recorde obtido em 1987, em função do intenso descarte de animais do rebanho leiteiro iniciado em 1984, o que possibilitou a formação de elevados estoques de carne nos últimos anos. Desde 1988, o efetivo do rebanho bovino na CEE vem apresentando decréscimos menos acentuados (2% estimados para 1989 e 1%, em 1990), com a tendência de menor participação relativa da produção de carne bovina derivada da atividade leiteira.

Espera-se redução de 3% na produção Argentina, tanto em 1989 quanto em 1990. As péssimas condições das pastagens, o menor consumo doméstico e a incerteza quanto aos programas governamentais de incentivo de preços internos foram os principais fatores que influenciaram a redução do rebanho bovino argentino desde 1987.

A produção australiana deverá decrescer cerca de 6% neste ano devido, em parte, a um processo de recomposição do rebanho. Entretanto, espera-se recuperação da ordem de 4%, em 1990, decorrente de condições climáticas favoráveis à atividade (chuvas abundantes), a partir de janeiro de 1989, tanto no Sul como na Região Norte (encerrando a longa estiagem que assolou o país durante vários anos), permitindo boa capacidade de suporte das pastagens.

As estimativas são de que o consumo mundial de carne bovina, em 1989, seja superior a 43,5 milhões de toneladas. Neste caso, os estoques, que vêm decrescendo substancialmente na presente década, poderão estar ao final de 1989 em torno de 1 milhão de toneladas (o nível mais baixo desde 1980).

As importações mundiais também deverão alcançar níveis recordes em 1989 (cerca de 5 milhões de toneladas). Os principais países importadores deverão continuar sendo os da CEE, Estados Unidos da América (EUA) e Japão. No caso específico dos Estados Unidos, a redução esperada na produção e os estímulos internos ao aumento do consumo de carne bovina vêm favorecendo o confinamento de animais, face às expectativas de altas nos preços neste e, ainda, no próximo ano. A continuidade do bom desempenho da economia norte-americana, em 1990, poderá implicar em incrementos significativos das importações de carne bovina naquele país, o que terá impacto positivo nos preços mundiais. Na CEE, a política de redução de es-

toques adotada em 1988, que consiste na manutenção apenas de estoques de reserva de carne congelada, tem favorecido as importações de carne *in natura* de países sem problemas sanitários como já constatado no decorrer deste ano nas importações realizadas do Uruguai e Argentina. Na CEE, os estoques previstos para encerrar 1989 indicam níveis ao redor de 170 mil toneladas, contra 550 mil toneladas estimadas no final de 1988.

O Japão, que vem se caracterizando como grande consumidor de carne bovina nos últimos anos, com a recente liberação das quotas de importação, tem influenciado diretamente na firmeza dos preços mundiais do produto.

A médio e longo prazos, as expectativas ficam por conta das discussões em curso da rodada do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) no Uruguai, as quais têm apontado para a urgência da redução dos subsídios nas exportações de produtos agropecuários pela CEE e Estados Unidos. A diminuição do protecionismo, ainda que, a princípio, possa provocar algumas mudanças no nível da demanda mundial por carnes, ampliaria inexoravelmente a parcela de participação no comércio internacional dos países com baixos custos de produção. Neste contexto, as exportações dos países sul-americanos estariam amplamente favorecidas.

-Situação Interna

Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção brasileira de carne bovina, em 1988, está oficialmente estimada em 2.580 mil toneladas (em equivalente carcaça), relacionada ao abate inspecionado e registrado de 12,5 milhões de animais (quadro 40). Ainda, de acordo com estatísticas oficiais do Ministério da Agricultura (disponíveis até o presente momento), a distribuição em ordem crescente de importância dos abates controlados é a seguinte: 5% para a Região Norte, 16% para a Região Sul, 18% para a Região Centro-Oeste; e 31% para a Região Sudeste, sendo que nesta última, o Estado de São Paulo responde por cerca de 57% dos abates, com produção equivalente a 545 mil toneladas de carne bovina (21% da produção nacional).

O crescimento de 14,0% da produção em 1988 decorreu unicamente do abate intensivo de

matrizes, que foi 44% superior ao praticado no ano anterior, resultando numa proporção de 37% sobre o total de bovinos abatidos. É importante salientar que 76,0% do aumento da produção de carne bovina foi decorrente da matança de fêmeas (242 mil toneladas a mais que em 1987). Historicamente, a matança de fêmeas desempenha um papel central na evolução da produção e dos preços da pecuária, na medida em que se trata de um bem de produção (capital), que pode ser transformado em bem de consumo (carne). No Brasil, a participação das fêmeas nos abates totais flutua fortemente, alcançando níveis que variam de 34% a 38% no auge de períodos de desestímulo de preços (como observados em 1977, 1982 e 1988) e de 24% a 28% nos anos em que os pecuaristas acreditam que os preços tendem para o máximo. Em 1988, o fator decisivo para o elevado descarte de fêmeas foi a instabilidade econômica vivida pelo País, provocando intensa oscilação dos preços reais em todos os segmentos da atividade.

De modo geral, 1988 foi considerado um ano pouco satisfatório para a maioria dos pecuaristas, pois 54% da produção foi comercializada no primeiro semestre a preços extremamente baixos (US\$14,00/arroba em média por animal abatido) e o restante a US\$21,00/arroba no segundo semestre. As adversidades climáticas (frio, ventos e estiagem prolongada), a partir de junho, favoreceram o elevado "spread" safra/entressafra (em torno de 55%), justificando a euforia vivida pelos confinadores naquele período.

A menor demanda interna por carne bovina (consumo aparente estimado no mínimo em 13,3kg per capita, segundo as precárias estatísticas oficiais existentes, equivalendo a cerca de 1.900 mil toneladas no ano e que extra-oficialmente seria superior a 20kg/hab.), em decorrência da perda real de poder aquisitivo da população, favoreceu o escoamento dos excedentes internos via exportações do produto (40% *in natura* e 60% na forma industrializada), que totalizaram cerca de 579 mil toneladas, ou seja, 22% da produção nacional, com um faturamento da ordem de US\$634 milhões.

A longa estiagem que assolou toda a Região Centro-Sul do País, com intensa deterioração das pastagens e conseqüente represamento de animais (por perda de peso), que em condi-

ções normais estariam prontos para o abate a partir de dezembro, somada às altas especulativas decorrentes de problemas entre poucos participantes no restrito mercado futuro de boi gordo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP) foram fatores que influenciaram decisivamente o mercado físico em outubro e novembro, com a cotação da arroba do boi encerrando o ano em torno de US\$25,00.

As projeções iniciais para 1989 apontavam no sentido de uma recuperação cíclica dos preços na atividade pecuária, com decréscimo da produção em função de menor abate de fêmeas, o que indicaria nova fase de expansão do rebanho via retenção de matrizes. Entretanto, a produção estimada pelo IBGE, de janeiro a agosto de 1989 (1,8 milhão de toneladas), é equivalente à obtida no mesmo período do ano anterior, com o abate de fêmeas continuando a representar parcela significativa (cerca de 38,0%), chegando a superar a marca dos 40% nos meses iniciais do ano.

Contudo, cabe assinalar que as estatísticas de abates, produção e, portanto, de consumo e de desfrute do rebanho vêm sendo questionadas por entidades privadas representativas do setor agropecuário nacional. Nesse mesmo sentido, o próprio IBGE iniciou um programa de reavaliação desses dados justamente procurando sanar as falhas que vêm sendo apontadas, pois as evidências são de que os índices seriam bem superiores àqueles que têm sido oficialmente divulgados, haja vista que, segundo a Associação das Indústrias de Couro do Rio Grande do Sul, em 1987, foram comercializadas cerca de 16,5 milhões de peças nacionais de couro enquanto que as estatísticas oficiais registraram para esse mesmo ano, o abate de apenas 10 milhões de cabeças. Essa distorção poderia ser contornada com uma fiscalização integrada por Fazenda, Agricultura e Trabalho, como já ocorreu na vitivinicultura.

No que se refere ao comportamento dos preços, a instabilidade decorrente das sucessivas mudanças do patamar inflacionário, nesta década, tem provocado bruscas oscilações nos preços reais de todos os segmentos da pecuária nacional, que passam em curtos intervalos de tempo, de posições de limite de alta para outras de baixa de preços, impedindo a consolidação de forma mais consistente de uma ou outra fase

cíclica.

No primeiro semestre de 1989, a média dos preços ao nível do produtor de boi gordo ficou em torno de US\$25,00/arroba, significando ganho real superior a 50%, em relação à média histórica para o período de safra. Para um "spread" safra/entressafra de 20% e 30%, o preço máximo a ser praticado no corrente ano para o boi gordo estaria na marca dos US\$32,50, média observada em agosto, a partir de quando os preços começaram a recuar (fechando em outubro com média de US\$21,00/arroba), provavelmente em decorrência da entrada no mercado de animais confinados. Neste ponto é importante ressaltar que a excelente rentabilidade experimentada pelos confinadores em 1988 não se repetiu em 1989, enquanto que para os pecuaristas no sistema extensivo (a maior parte dos produtores nacionais), os preços auferidos no corrente ano podem ser considerados plenamente satisfatórios. Dessa forma, o ano deve ser considerado como completamente atípico, pois é evidente a inversão dos movimentos sazonais dos preços (figura 2).

A demanda interna, apesar de aparentemente favorecida pelo Plano Verão, com o congelamento de preços da carne bovina no varejo, proibição das exportações de carne bovina *in natura* e importações incentivadas via isenção de impostos, não chegou a apresentar grandes incrementos, dada a maior competitividade dos preços relativos de proteínas alternativas de origem animal (como aves e ovos). Somando-se a isso a previsão de crescimento da ordem de 50% no mínimo de animais confinados (o que equivale a um adicional de oferta de 178.500 toneladas de carne bovina) e o bom clima no segundo semestre do ano, viabilizando boa capacidade de suporte das pastagens, admite-se que será pouco provável a ocorrência de problemas no abastecimento com o produto.

Relativamente ao comércio exterior, de janeiro a setembro de 1989, o País exportou cerca de 278 mil toneladas de carne bovina (em equivalente carcaça), o que representa um faturamento de US\$264 milhões contra US\$498 milhões obtidos em igual período de 1988, quando as exportações brasileiras totalizaram 458 mil toneladas.

As perspectivas para o início da década de 90 estão na dependência das diretrizes políticas

e econômicas a serem adotadas pelo próximo Governo. As condições críticas ora existentes na economia nacional e a acelerada escalada inflacionária não são favoráveis ao desenvolvimento do potencial existente na pecuária nacional, tanto no tocante à adoção de um padrão tecnológico mais avançado (com aumento da produtividade e redução nos custos de produção) quanto na expansão da fronteira agropecuária.

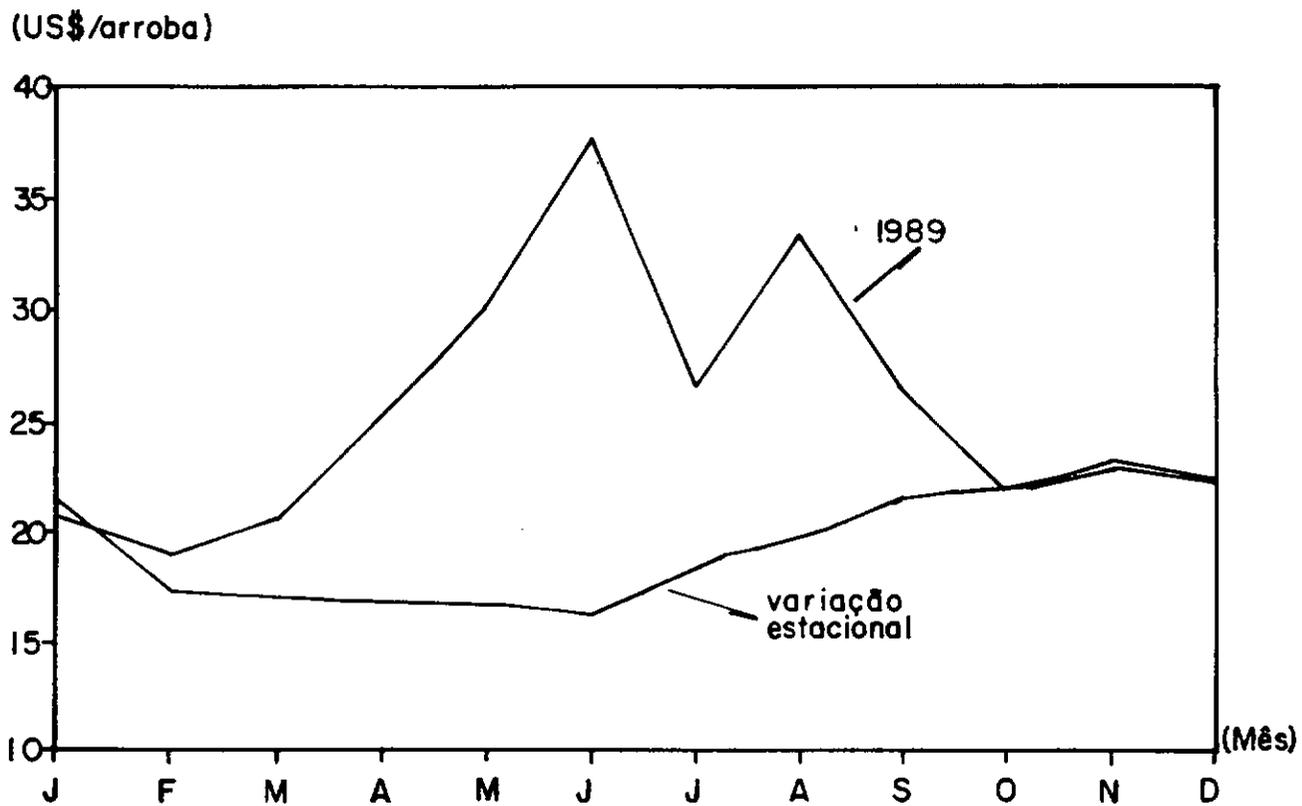


FIGURA 2. - Variação Estacional dos Preços do Boi Gordo (1980/88) e Média Mensal dos Preços Recebidos Pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1989.

Fonte dos dados básicos: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 39.- Principais Países Produtores de Carne Bovina, 1987-1990

(em mil toneladas)

País e bloco de países	1987	1988	1989(1)	1990(2)
EUA	10.884	10.880	10.560	10.591
URSS	8.288	8.465	8.550	8.600
CEE	8.071	7.605	7.442	7.393
Argentina	2.700	2.610	2.520	2.440
Brasil	2.250	2.500	2.400	2.500
Austrália	1.549	1.533	1.445	1.545
México	1.205	1.746	2.140	1.904
Total (50 países)	44.971	45.257	45.141	45.177

(1) Dados preliminares.

(2) Previsão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 40.- Produção de Carne Bovina no Brasil(1), Total de Animais Abatidos e Participação Percentual de Fêmeas, 1986-89

Mês	1986			1987			1988			1989		
	Produção (t)	Abate (1000 cab.)	Fêmeas (%)	Produção (t)	Abate (1000 cab.)	Fêmeas (%)	Produção (t)	Abate (1000 cab.)	Fêmeas (%)	Produção (t)	Abate (1000 cab.)	Fêmeas (%)
Jan.	180.170	892	38,2	145.912	655	25,0	206.150	977	35,0	220.999	1.128	41,9
Fev.	178.562	877	40,5	176.054	786	25,5	213.212	1.013	36,0	231.232	1.122	41,6
Mar.	212.617	996	35,6	229.382	1.015	26,9	230.623	1.098	39,6	235.378	1.153	37,7
Abr.	260.091	1.180	27,7	210.307	948	29,9	241.237	1.142	39,1	221.614	1.067	39,6
Mai.	236.299	1.069	25,5	213.485	978	30,9	265.470	1.243	36,8	246.549	1.152	33,7
Jun.	199.735	904	23,8	214.380	996	31,9	244.443	1.168	38,3	241.578	1.152	33,8
Jul.	134.191	620	24,2	196.886	943	34,1	224.994	1.103	38,1	219.887	1.064	35,4
Ago.	110.059	523	22,9	185.458	892	32,6	220.386	1.091	37,2	192.269	965	38,7
Set.	64.515	324	27,8	179.537	869	29,4	181.301	920	35,5
Out.	140.448	630	17,9	168.368	831	30,4	166.253	844	33,1
Nov.	114.854	520	22,3	158.553	790	34,5	176.407	886	35,1
Dez.	126.653	576	23,8	183.579	889	32,1	210.368	1.055	39,1
Total	1.958.196	9.112	28,4	2.261.933	10.591	30,4	2.580.846	12.542	37,1

(1) Em equivalente carcaça.

Fonte dos dados básicos: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

-SUINOCULTURA

-Panorama Internacional

A produção mundial de carne suína em 1989 deverá apresentar ligeiro crescimento (+0,3%) em relação ao nível recorde obtido em 1988. Em 1990, a produção deverá atingir 62,7 milhões de toneladas (crescimento ainda lento da ordem de 0,6%) (quadro 41).

Na Comunidade Econômica Européia (CEE), os plantéis diminuiram 2% no início de 1989, o que implicará em redução de 1,7% na produção (a primeira queda nos últimos dez anos). Mesmo com a recuperação prevista para 1990, a produção deverá permanecer abaixo dos níveis de 1988. Na China, principal país produtor deste tipo de carne, a lenta evolução da produção tem sido decorrência dos limitados estoques de rações. Na produção estadunidense de carne suína é esperado crescimento de 2%, em 1989, mas para 1990 admite-se ligeira queda.

Nesses mesmos anos, a produção de carne suína no leste europeu deverá decrescer 2% e 0,5%, respectivamente. No corrente ano haverá diminuição da produção polonesa devido aos elevados custos e conseqüente baixa rentabilidade ao produtor.

-Situação Interna

A produção brasileira de carne suína em 1988 está oficialmente estimada em 698,6 mil toneladas, com decréscimo de 5,0% em relação a de 1987, dada a contínua redução dos plantéis o que implicou em decréscimo da oferta tanto da carne *in natura* quanto dos derivados, tendo os produtores auferido melhor rentabilidade, principalmente, no segundo semestre do ano, quando os plantéis atingiram um limite mínimo favorecendo a escalada altista dos preços (quadro 42 e figura 3).

O diferencial entre a média de preços reais recebidos pelo produtor no primeiro e segundo semestres de 1988 foi da ordem de 34%. Os fatores decisivos que implicaram no nível recorde de preços em dezembro (US\$21,50/arroba) foram: menor oferta do produto, em decorrência da inexistência de estoques nas indústrias, o que implicou em concorrência destas com o segmento varejista e aumento da demanda in-

terna pela carne suína *in natura* para as festas natalinas, agravada pela menor oferta das carnes bovina e de aves.

A redução de 20% na produção no decorrer do primeiro semestre de 1989 (em relação ao mesmo período do ano anterior) e os baixos preços do milho e do farelo de soja (responsáveis por cerca de 80% dos custos de produção) viabilizaram excelentes retornos à atividade com os preços apresentando ganho real acumulado de cerca de 80% (quadro 43).

Essa situação favorável (bons preços e excelente relação de troca com os principais insumos) incentivou o setor produtivo à reposição dos plantéis, via retenção de matrizes, principalmente, na Região Sul do País, que responde por cerca de 80% da produção nacional. Em decorrência, passou a existir perspectivas de aumento da oferta do produto nos meses finais do ano. Entretanto, a relativa escassez de suínos para abate resultou em pressão das indústrias junto aos órgãos governamentais para importação do produto com isenção de impostos, o que viabilizou a internalização no País de cerca de 60 mil toneladas de carcaças a partir de julho, provenientes da Dinamarca, Hungria, Alemanha, China, Canadá e Estados Unidos, o que trouxe impacto negativo na evolução dos preços reais ao produtor. Apesar de não existirem dados oficiais confirmando tal quantidade, esta corresponderia ao abate de cerca de 800 mil animais (equivalentes a dois meses de abates na Região Sul), o que permite concluir que tenha ocorrido o total escoamento de volume importado entre outubro e novembro. Conseqüentemente, os preços tendem a ser mais remuneradores ao produtor, no final do ano, pela coincidência com o período de festas natalinas, época em que normalmente cresce a demanda por este tipo de carne.

Quanto às exportações, o volume registrado em 1988 foi da ordem de 20 mil toneladas para um faturamento de US\$30 milhões. O Brasil tem participação pouco expressiva no mercado mundial deste tipo de carne. Em 1989, a se confirmarem as expectativas, a remessa de carne suína ao exterior não deverá superar 10 mil toneladas.

(US\$/arroba)

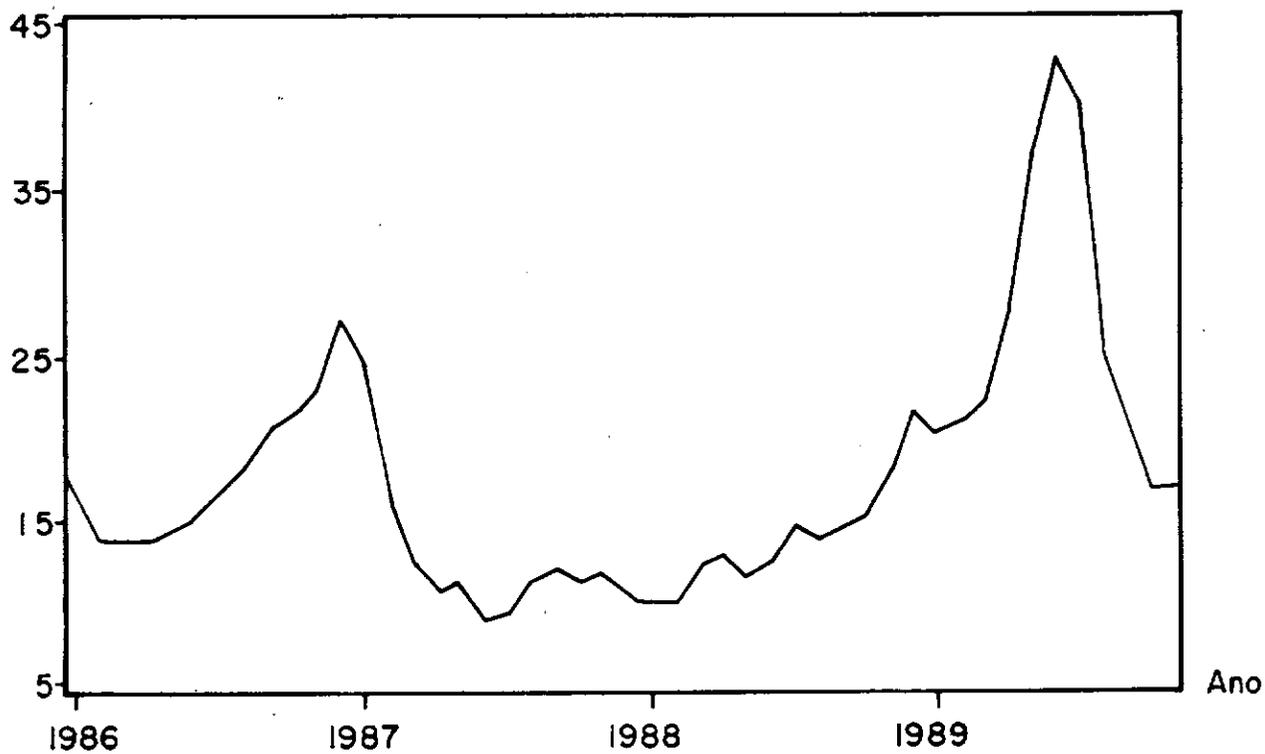


FIGURA 3. - Médias Mensais do Preço ao Produtor de Suíno Tipo Carne, Estado de São Paulo, 1986/89.

Fonte dos dados básicos: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 41.- Principais Países Produtores de Carne Suína, 1987-1990

(em mil toneladas)

País e bloco de países	1987	1988	1989(1)	1990(2)
China	18.349	20.170	20.530	21.160
CEE	12.079	12.504	12.292	12.339
EUA	6.520	7.114	7.224	7.150
Polônia	1.745	1.828	1.685	1.685
Japão	1.581	1.578	1.570	1.575
Total (38 países)	59.098	62.164	62.352	62.712

(1) Dados preliminares.

(2) Previsão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 42.- Produção de Carne Suína no Brasil(1), Total de Animais Abatidos, 1986/89

Mês	1986		1987		1988		1989	
	Produção (t)	Abate (1.000 cab.)						
Jan.	51.566	800	50.990	768	59.917	921	47.644	737
Fev.	44.046	678	49.607	746	53.779	830	44.012	689
Mar.	43.927	667	53.477	788	60.029	916	47.402	730
Abr.	52.724	778	52.911	767	55.674	832	45.442	698
Mai.	52.423	772	62.488	890	62.320	927	48.732	733
Jun.	51.920	768	65.934	948	62.808	942	54.218	799
Jul.	56.122	831	67.642	982	60.360	902	55.239	812
Ago.	55.958	832	64.099	942	63.947	950	55.231	808
Set.	54.794	820	67.093	996	59.635	896
Out.	53.128	798	69.133	1.040	55.814	847
Nov.	44.084	668	64.561	987	52.124	804
Dez.	49.420	784	67.402	1.072	52.188	837
Total	610.113	9.198	735.340	10.927	698.595	10.609

(1) Equivalente carcaça.

Fonte dos dados básicos: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 43.- Relações de Preços Porco-Milho e Porco-Farelo de Soja, Estado de São Paulo, 1986/89

Mês	Relação de preço porco-milho(1)				Relação de preço porco-farelo de soja(2)			
	1986	1987	1988	1989	1986	1987	1988	1989
Jan.	6,90	12,11	4,42	8,13	5,01	8,00	2,33	4,52
Fev.	6,56	9,54	4,80	8,56	4,92	5,95	2,67	5,07
Mar.	6,63	7,90	6,85	9,12	4,90	4,50	3,27	5,40
Abr.	7,16	7,95	7,94	11,56	5,00	4,09	3,74	7,71
Mai.	7,49	9,57	6,58	14,78	5,22	2,96	3,37	9,85
Jun.	8,61	6,68	7,35	15,28	5,49	2,85	3,23	13,17
Jul.	9,23	7,41	8,32	13,81	6,06	3,30	2,98	8,35
Ago.	9,14	8,16	7,28	13,12	6,61	3,25	3,17	9,13
Set.	9,72	7,27	6,72	8,69	7,13	3,15	3,07	6,55
Out.	10,40	5,87	6,89	...	7,47	2,79	2,94	...
Nov.	10,66	5,48	7,59	...	8,02	2,70	3,52	...
Dez.	12,13	5,17	9,50	...	9,61	2,25	4,56	...

- (1) Quilogramas de milho que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.
- (2) Quilogramas de farelo de soja que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-AVICULTURA

-Panorama Internacional

A produção mundial de carne de aves em 1989, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), deve atingir 31,1 milhões de toneladas, 2,6% acima de 1988 e, em 1990, prevê-se crescimento ao redor de 4%. A produção de carne de frango, em 1989, por sua vez, deve atingir 23 milhões de toneladas, 2,8% maior que 1988, sendo que para 1990 há previsão de crescimento em torno de 5%. A produção mundial de ovos em 1989 deve alcançar 32,8 bilhões de dúzias, com previsão de crescer ao redor de 2% em 1990.

Nos Estados Unidos, maior produtor mundial, espera-se uma produção de carne de frango, em 1989, da ordem de 7,8 milhões de toneladas, cerca de 6% maior que 1988, pois os produtores estão ganhando com as relações de preços favoráveis, sendo que para 1990 a previsão também é de crescimento, mas em nível menos intenso.

Na Comunidade Econômica Européia (CEE) está prevista para 1989 uma produção de carne de frango da ordem de 4,3 milhões de toneladas, 1% maior que 1988 e, em 1990, deve crescer 2%. Na França, espera-se um crescimento de 2% em 1989 e 1990, mas a demanda interna e a exportação estão crescendo vagarosamente.

Nos países do leste europeu, a produção de carne de aves, em 1989, caiu ligeiramente em relação aos níveis de 1988, sendo que a maior parte desse declínio é devido à queda na produção da Hungria e da Iugoslávia, exportadores tradicionais. Para a União Soviética, estima-se uma produção total de carne de aves da ordem de 3,3 milhões de toneladas, 2% maior que 1988. Apesar do contínuo crescimento da sua indústria avícola, as taxas desse crescimento têm sido menores nos últimos anos, em razão do reduzido suprimento de rações e concentrados e empobrecimento genético.

No Japão, para 1989 e 1990, espera-se uma produção de carne de frango da ordem de 1,3 milhão de toneladas, com ligeira queda (1%) sobre 1988, pois apesar do rápido crescimento da demanda, os produtores japoneses estão com dificuldades em competir com os países

exportadores.

O comércio mundial de carne de aves continua em expansão, mas não no mesmo ritmo dos anos recentes, quando alcançou taxas entre 10% e 15%. Para 1989, estima-se crescimento de 4% nas exportações e de 2% nas importações, sendo que em 1990 projeta-se crescimento de 1% e 4%, respectivamente.

As exportações e importações mundiais de carne de frango, em 1989, devem crescer 4,5% e 1%, respectivamente e, em 1990, projeta-se crescimentos da ordem de 3% para as exportações e 5% para as importações. Na CEE, estima-se crescimento da ordem de 3% nas exportações de carne de aves em 1989, enquanto que para 1990 a previsão é de manutenção dessa mesma taxa. As importações japonesas de carne de aves em 1989 e 1990 deverão ser ligeiramente superiores às de 1988, quando houve expansão de cerca de 30%. Na União Soviética, as importações de carne de aves deverão estabilizar-se em 1989 e 1990. Nos mercados do Oriente Médio, estima-se expansões nas importações da Arábia Saudita, União dos Emirados Árabes e Egito.

As exportações brasileiras de carne de frango, depois de sucessivas quedas nos últimos anos, voltaram a crescer em 1988, atingindo 236.302 toneladas e receita de US\$224.636 mil FOB, significando, respectivamente, cerca de 10% e 5% de acréscimos sobre 1987. Até setembro de 1989 haviam sido exportadas 171.198 toneladas, volume ligeiramente inferior ao do mesmo período do ano anterior, enquanto a receita de US\$187.517 mil FOB superou a verificada no mesmo período de 1988 em cerca de 18%. Vale ressaltar que, as exportações de partes de frango continuam crescendo, principalmente para o mercado japonês, o que deverá manter o volume exportado neste ano, próximo ao verificado em 1988 ou ligeiramente acima. Os norte-americanos reiniciaram seu Programa Export Enhancement Program (EEP), o qual compreende exportações subsidiadas, sendo que isso deverá influenciar os mercados do Japão e de alguns países do Oriente Médio, dificultando as exportações brasileiras.

-Situação Interna

A avicultura brasileira continua a conviver

com os mesmos problemas de um ano atrás, ou seja, com uma infra-estrutura produtiva superdimensionada, em razão dos investimentos realizados em 1986 e início de 1987, visando aumento da oferta para satisfazer a momentânea demanda criada com o Plano Cruzado. Entretanto, essa infra-estrutura não vem sendo utilizada, pois o mercado não absorveria toda a produção que seria realizada dado que, com a aceleração do processo inflacionário e queda do poder aquisitivo, houve uma grande retração da demanda, levando, desde 1987, a uma deterioração nos preços recebidos pelo produtor, tanto de frango, como de ovos (figuras 4 e 5).

A partir de setembro de 1988, em razão do aumento na demanda, provocado pela elevação dos preços da carne bovina (em entressafra) e necessidade de formação de estoques de carne de frango para atender ao consumo de fim de ano, as cotações ao nível do produtor passaram a subir. Essa tendência perdurou, ainda, no primeiro semestre de 1989, durante o Plano Verão, pois havia de parte dos criadores e suas entidades um controle da produção a fim de procurarem evitar maiores perdas financeiras, apesar de que, em geral, os preços praticados foram acima daqueles fixados pelo Governo, ou seja, configurava-se uma situação de escassez da oferta, em contraposição a um fortalecimento da demanda.

No segundo semestre de 1989, ao contrário do que o padrão estacional de preços mostra para esse período, registrou-se outra queda das cotações de frango, como reflexo da ampliação da produção provocada pela forte retomada do alojamento de maiores lotes, em vista dos retornos favoráveis que os produtores estavam obtendo de abril a agosto, quando a relação de preços frango-ração mostrou-se-lhes nitidamente favorável, até mesmo porque os preços dos insumos estavam controlados. Estima-se que a capacidade produtiva ociosa que era de cerca de 20% em janeiro teria caído para tão somente 1% em outubro (quadro 44).

Nesse sentido, ao se confirmarem as previsões de alojamento de 1.480 milhão de pintos de corte, a utilização do potencial produtivo atingiria em média 90% no ano, ou seja, uma capacidade ociosa de apenas 10%, revelando que, a despeito do progresso tecnológico, o setor continua a sofrer os problemas típicos de

instabilidade de receita que comumente ocorreram naquelas atividades em que é fácil a entrada e saída de produtores, sem que a demanda aumente.

Segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte (APINCO), estima-se que a produção brasileira de carne de frango em 1989 deverá atingir perto de 2.080 mil toneladas, cerca de 7% maior que 1988, quando chegou a 1.947 mil toneladas. No Estado de São Paulo, estima-se uma produção para 1989 ao redor de 433,3 mil toneladas, contra cerca de 395,8 mil toneladas em 1988, com cerca de 9,5% de crescimento. Isto significa que a avicultura de corte proporcionará ao consumidor brasileiro, em 1989, a possibilidade de um acréscimo no consumo aparente de proteína animal da ordem de 5%, ou seja, 12,41kg **per capita** de carne de frango, contra 11,84kg em 1988. Ao se considerar as outras aves, esse consumo se elevaria para cerca de 13,50kg/habitante.

Estimativa de custo operacional, elaborada pelo Instituto de Economia Agrícola com base nos preços médios dos insumos e fatores de produção vigentes na segunda quinzena de outubro de 1989, avalia em NCz\$3,32/kg (ou 0,74BTN/kg) o custo para produção de frangos de corte, em São Paulo (quadro 45).

A tendência para o próximo ano, segundo dados da APINCO, é de que a produção de pintos de corte alcance 1.680 milhões de unidades, 14% maior que a estimada para 1989, levando a produção de carne de frango no País para próximo de 2,4 milhões de toneladas e um consumo aparente de 14,12kg **per capita**.

Na atividade de postura, a situação não é muito diferente daquela verificada na de corte, pois apresenta preços reais depressivos desde o segundo semestre de 1987. A partir de fevereiro de 1988 constata-se uma recuperação, mas mostrando oscilação até fevereiro de 1989, quando novamente se recupera em razão da queda na oferta provocada pela redução voluntária do plantel de poedeiras. Apesar da recuperação dos preços em 1988, os preços relativos são desfavoráveis à atividade, como pode-se verificar pela relação de preço ovo-ração, que mede seu poder de compra. A recuperação dos preços recebidos pelo produtor de ovos em 1989, principalmente em alguns meses, ainda não foi sufi-

ciente para reverter a situação difícil da atividade desde o segundo semestre de 1987, quando os preços reais foram decrescentes. Não fosse a relativa estabilidade dos preços dos insumos, que proporcionou vantagens em termos de troca, como mostra a relação de preço ovo-ração de março a junho, novamente a atividade teria se deparado com uma crise, o que vem acontecendo desde setembro em razão de uma queda nos preços recebidos e aumento na oferta.

Em novembro de 1989, os produtores estão novamente empenhados em reduzir os plantéis, tendo em vista diminuir a produção e buscando reverter a situação dos preços que, em setembro e outubro, já se mostraram bastante deprimidos em contraposição ao custo operacional para produção estimado pelo IEA em NCz\$2,16/dz. (0,48BTN) com base nos preços médios dos insumos e fatores vigentes na segunda quinzena de outubro (quadro 46 e figura 5).

Segundo levantamentos do Instituto de Economia Agrícola, a produção de ovos no Estado de São Paulo, em 1989, está estimada em cerca de 634,5 milhões de dúzias, contra 644,9 milhões em 1988, cerca de 1,6% menor. Utilizando-se dados da Associação Paulista de Avicultura (APA) e União Brasileira de Avicultura (UBA), estas estimativas caem para 482,1 milhões de dúzias em 1988 e 433,6 milhões de dúzias em 1989, significando queda ao redor de 10%. Ao nível de Brasil, pelos dados da APA e UBA, pode-se estimar uma produção de 1.014,5 milhões de dúzias, em 1989, e 1.238,9 milhões de dúzias, em 1988, indicando uma queda significativa de 18% e, portanto, redução no consumo de ovos, já muito baixo.

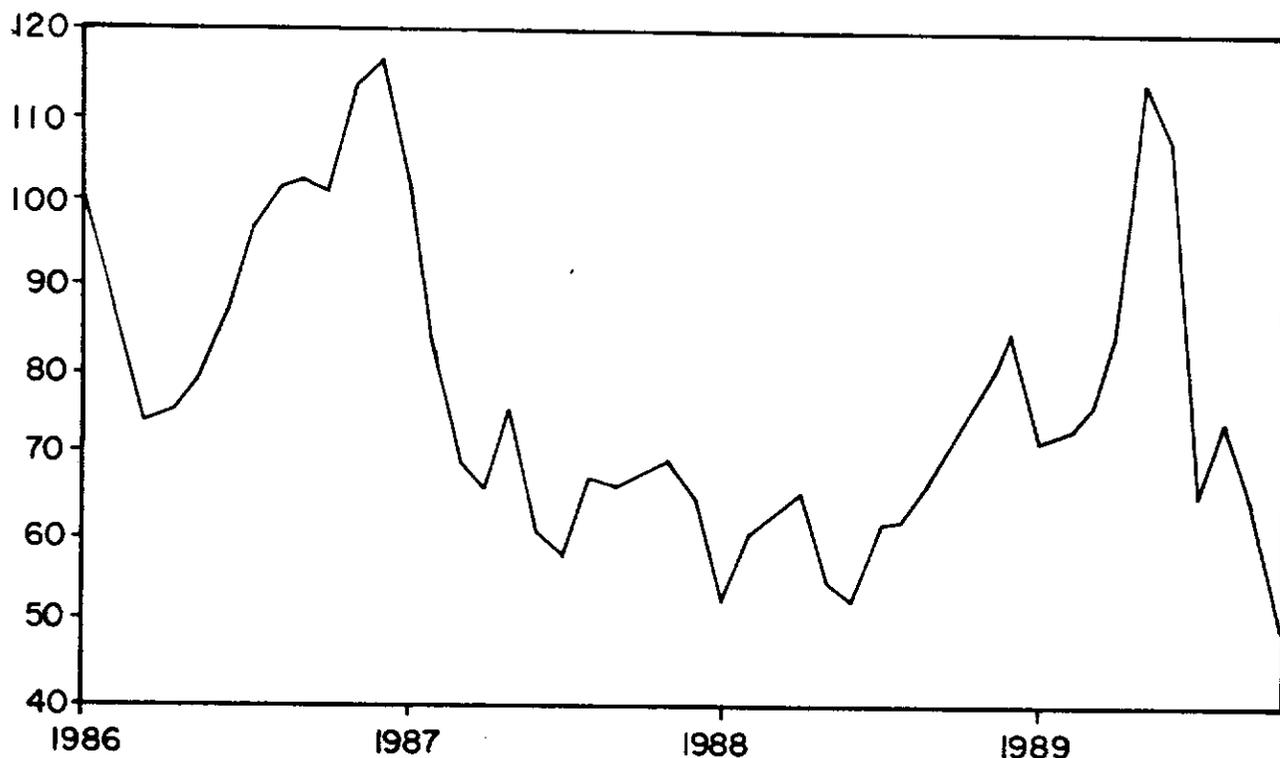


FIGURA 4. - Índices de Preços Médios Reais⁽¹⁾ Recebidos pelos Produtores de Frango, Estado de São Paulo, Jan./86-Out./89 (Janeiro de 1986 = 100).
⁽¹⁾ Em cruzado novo de outubro de 1989, corrigido pelo Índice 2 (DI) de Conjuntura Econômica.

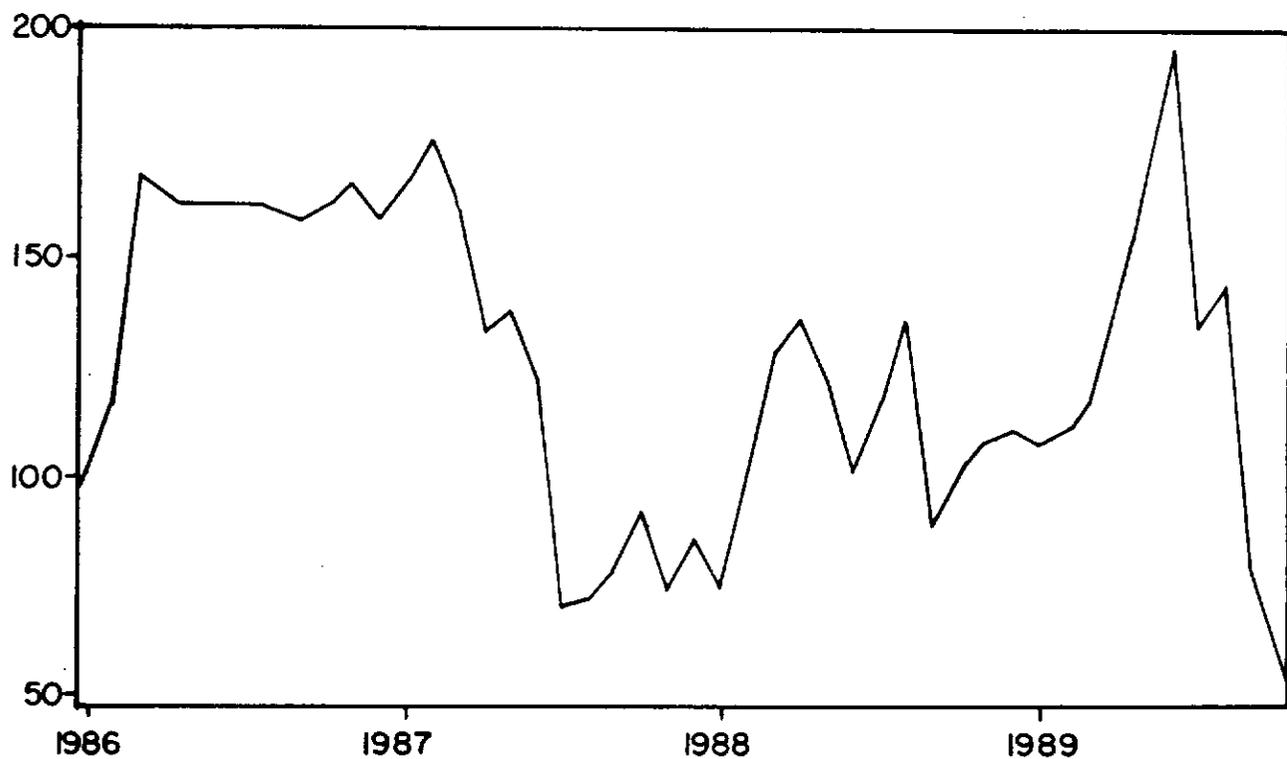


FIGURA 5. - Índices de Preços Médios Reais⁽¹⁾ Recebidos pelos Produtores de Ovo, Estado de São Paulo, Jan./86-Out./89 (Janeiro de 1986 = 100).
⁽¹⁾ Em cruzado novo de outubro de 1989, corrigido pelo Índice 2 (DI) de Conjuntura Econômica.

QUADRO 44.- Relações de Preços Ovo-Ração(1), Frango-Ração(2) e Carne Bovina-Carne de Frango(3), Estado de São Paulo, 1986-89

Mês	Relação de preço ovo-ração				Relação de preço frango-ração				Relação de preço carne bovina-carne de frango			
	1986	1987	1988	1989	1986	1987	1988	1989	1986	1987	1988	1989
Jan.	1,38	2,50	0,94	1,66	3,49	3,95	1,64	2,65	1,57	1,64	1,92	1,65
Fev.	1,53	2,51	1,47	1,74	2,83	2,99	2,14	2,78	1,71	1,87	1,60	1,61
Mar.	1,95	2,20	1,82	1,95	2,20	2,44	2,19	3,03	1,74	1,98	1,39	1,60
Abr.	1,89	2,15	2,14	2,19	2,20	2,75	2,57	3,26	1,69	2,06	1,58	1,31
Mai.	1,88	2,47	1,91	2,62	2,34	3,46	2,15	4,37	1,69	1,79	1,46	1,31
Jun.	1,89	2,05	1,80	3,32	2,55	2,46	2,31	4,66	1,70	1,76	1,65	1,48
Jul.	1,90	1,18	1,90	3,03	2,87	2,39	2,46	3,75	1,71	2,31	1,69	1,64
Ago.	1,91	1,26	1,96	2,70	3,06	2,89	2,21	3,60	1,65	2,57	1,72	1,99
Set.	1,91	1,14	1,49	1,55	3,14	2,41	2,74	3,27	...	2,24	1,70	1,72
Out.	1,97	1,37	1,44	0,98	3,15	2,49	2,52	2,06	1,33	2,18	1,77	1,84
Nov.	2,08	1,09	1,27	-	3,63	2,55	2,25	-	1,27	2,29	1,66	-
Dez.	2,14	0,96	1,60	-	4,00	1,86	3,03	-	1,58	2,18	1,77	-

(1) Quantidade em kg de ração para poedeira, que se pode adquirir com o preço de 1 dúzia de ovos.

(2) Quantidade em kg de ração para frango de corte, que se pode adquirir com o preço recebido por 1kg de frango vivo.

(3) Quantidade em kg de carne de frango, que se pode adquirir com o valor pago por 1kg de carne bovina.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 45.- Estimativa de Custo Operacional para Produção de Frangos de Corte na Granja, 1.000 Aves, Produção Média Estimada de 1.911kg, Estado de São Paulo, Outubro de 1989

(em cruzado novo e BTN)

Item	Valor (NCz\$)	BTN(1)
Compra de pinto de um dia	1.450,00	322,12
Alimentação	3.642,00	809,08
Mão-de-obra	268,35	59,62
Vacina e medicamentos	195,28	43,38
Reparo de máquinas e benfeitorias	536,82	119,26
Depreciação de maq. e benfeitorias	279,40	62,07
Funrural e embalagem	145,87	32,41
Encargos financeiros	41,34	9,18
Custo operacional total	6.559,06	1.457,12
Receitas eventuais	210,00	46,65
Custo operacional líquido	6.349,06	1.410,47
Custo por quilograma	3,32	0,74

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 46.- Estimativa de Custo Operacional para Produção de Ovos, 1.000 Aves,
Produção Média Estimada de 722cx.de 30dz., Estado de São Paulo, Outubro de
1989

(em cruzado novo e BTN)

Item	Valor (NCz\$)	BTN(1)
Mão-de-obra	3.968,34	881,58
Alimentação	32.852,11	7.298,20
Vac. e medicamentos	909,58	202,07
Compra de aves	2.800,00	622,03
Reparo de maq. e benf.	1.712,41	380,42
Deprec. de maq. e benf.	2.299,93	510,94
Despesa c/ energia, cama, gás	210,00	46,65
Despesa com comercialização	7.096,42	1.576,49
Encargos financeiros	312,26	69,37
Custo operacional total	52.161,05	11.587,74
Receitas eventuais (-)	5.424,70	1.205,11
Custo operacional líquido	46.736,35	10.382,63
Custo por dúzia	2,16	0,48

(1) Considerando-se o valor da BTN da segunda quinzena de outubro = NCz\$4,5014.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

IX - CENTRO DA ECONOMIA DA TERRA

Chefe: Richard Domingues Dulley

Elizabete Aparecida Paschoal Perosa, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Yara Chagas de Carvalho, Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos.

X - CENTRO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS E INFORMÁTICA

Chefe: Francisco Alberto Pino

Ana Maria Pereira do Amaral, Luiz José Maria Irias⁽¹⁾, Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi, Sérgio Augusto Galvão César, Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco.

DIVISÃO DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

Diretor: José Sidnei Gonçalves

Benedito Barbosa de Freitas, José Venâncio de Resende, Maria Áurea Cassiano, Sueli Alves Moreira Souza.

SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Cleusa Batista Pastori

Aguri Sawatani Negri, Fátima Maria Martins Saldanha Faria, Gabriela Menni Ferreri, Maria Luiza Alexandre Peão, Toyoko Kiyota.

CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Chefe: José Sidnei Gonçalves

Alice Midori Shimura⁽²⁾, Arnaldo Lopes Junior⁽²⁾.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: Carolina Aparecida Pinsuti

Domingos Ferreira dos Santos, Pedro Luiz Pires, Tânia Regina de Oliveira Melendes da Silva

SERVIÇO DE FINANÇAS

Diretor: Luiz Dionísio Pacheco da Rosa

Edisônia Antonia Dias França, João Jorge Neves.

TÉCNICOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Abel Ciro Minniti Igreja (Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento), Alceu de Arruda Veiga Filho (Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento), Antonio Guaçu Dinaer Piteri (SABESP), Devancyr Aparecido Romão (Administração da Coordenadoria Sócio-Econômica), Eduardo Pires Castanho Filho (Diretor Executivo da Fundação Florestal), José Ricardo de Melo Junqueira (Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento), Luiz Sérgio de Paiva Pereira (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Poços de Caldas), Maria Elisa Benetton (Secretaria do Meio Ambiente), Maristela Simões do Carmo (Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento), Milton Alberto Moysés (BANESPA), Minoru Matsunaga (Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento), Natanael Miranda dos Anjos (Câmara dos Deputados de Brasília), Ramon Moreira Garcia (UNICAMP), Roberto de Assumpção (Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento), Silvio Manginelli (Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária).

TÉCNICOS REALIZANDO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Arthur Antonio Ghilardi, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Regina Helena Varella Petti, Sônia Santana Martins.

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador: Flavio Condé de Carvalho

Alfredo Tsunehiro, Eício Umberto Gatti, José Sidnei Gonçalves, Samira Aoun Marques, Waldemar Pires de Carmo Filho.

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria.

⁽¹⁾ Técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

⁽²⁾ Técnicos da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP).

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS – 11/89
Boletim Mensal do Instituto de Economia Agrícola
EXPEDIENTE

EQUIPE TÉCNICA

Editor: Flavio Condé de Carvalho

Comissão Editorial: Flavio Condé de Carvalho (coord.), Alfredo Tsunehiro, Elcio Umberto Gatti, José Sidnei Gonçalves, Samira Aoun Marques, Waldemar Pires de Camargo Filho

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

Editoração e Revisão de Texto: Maria Áurea Cassiano

Distribuição: Sueli Alves Moreira Souza

Divulgação: José Venâncio de Resende

EQUIPE DE APOIO

Gráfica: Roberto Magno M. Bezerra, Affonso Celso Pinheiro, Geraldo Márcio de Almeida, João Soares dos Santos, Lércio dos Reis, Osvaldo Neris da Silva, Paulo A. Haberbeck Brandão e Sidinei de Barros

Composição: Deunice Aparecida R. Garcia, Mercedes Del Valle e Roseli Clara Rosa Trindade

Capa/Arte final: Meire Lílian de Oliveira

Revisão de arte final: Maria Áurea Cassiano e Vânia de Oliveira

ARTIGO ESPECIAL

Comissão Coordenadora: Antonio Ambrósio Amaro (coord.), José Sidnei Gonçalves, Luiz Moricochi, Nelson Batista Martin

Comissão de Execução: Alfredo Tsunehiro, Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira, Paulo Edgard Nascimento de Toledo, José Roberto da Silva e Afonso Negri Neto

EQUIPE TÉCNICA

Introdução: Antonio Ambrósio Amaro e Nelson Batista Martin

Financiamento da Agricultura: José Luiz Teixeira Marques Vieira, Elcio Umberto Gatti e Alberto Veiga

Mercado de Insumos e Máquinas: Célia Regina Roncato P. Tavares Ferreira, Cesar Roberto Leite da Silva, Mario Antonio Margarido, Geni Satiko Sato e Maria Lúcia Maia

Análise de Produtos:

Antonio Ambrósio Amaro: Laranja

Claus Floriano Trench de Freitas: Café

Eloisa Elena Bortoleto: Pecuária de Leite

Luiz Henrique Perez: Banana

Nelson Giulietti: Avicultura

Regina Junko Yoshii: Cana-de-açúcar

Valéria da Silva Peetz Wedekin: Pecuária de Corte e Suinocultura

Custo de Produção:

Alfredo de Almeida Bessa Junior: Café

Francisco Antonio Assef Salit e Malimíria Norico Otani: Cana-de-açúcar

Hiroshige Okawa: Avicultura

Marli Dias Mascarenhas: Pecuária de Leite

Silvia Toledo Arruda: Banana e Laranja

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO: Luiz Henrique Sampaio e Rosely Rosalem

PREÇOS AGRÍCOLAS

EQUIPE TÉCNICA

Preços no Atacado: Paulo Augusto Wiesel

Preços Recebidos pelos Agricultores: Maura Maria Demétrio Santiago

Preços Pagos: Samira Aoun Marques

Preços no Varejo: Alceu Donadelli e Estela Moreti Reck Marinelli

Mercado a Termo: Alfredo Tsunechiro

Dados Climáticos: José Roberto Vicente e Mário Pires de Almeida Olivetti

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

Preços no Atacado: Ademar Francisco Marques, José Fernando Paes de Barros e Nelson Zamperetti Fiori

Preços Recebidos pelos Agricultores: Munir Karan Farah e Ana Rocha Carrilho Siqueira

Preços Pagos: Olívia Lima Amorim e José Batista de Almeida Melo

Preços no Varejo: Aparecido Barbosa da Silva, Ester Giroto Santiago, Nelson Rodrigues, Pedro Alves de Jesus e Maria Helena Miranda Gualtieri

Mercado a Termo: Edson Rocha da Silva

Dados Climáticos: Lúcia M.S. Freitas, Luiz C.A. Nogueira, Rozemeire S. Moretti, Sandra M. Costa e Walkíria L. Silva

Publicações do Instituto de Economia Agrícola

O IEA edita duas publicações básicas:

A - Revista Agricultura em São Paulo

A Revista Agricultura em São Paulo objetiva veicular trabalhos científicos da área econômica e social aplicados à agricultura, procurando ampliar o debate e o acesso ao conhecimento gerado e, com isso, aumentar o espectro de participantes da discussão dos problemas do setor e dos esforços teóricos visando solucioná-los.

B - Revista Informações Econômicas

A revista Informações Econômicas, como veículo de divulgação dos resultados produzidos pelo IEA para um universo mais amplo de público, procura trazer análises aplicadas e dados diversos de uso corrente por agentes do complexo rural paulista.

Tem as seguintes seções básicas:

1. Editorial: procurando manifestar a posição do IEA a respeito de acontecimentos econômicos e sociais ligados ao setor agrícola.
2. Artigo Técnico: procurando analisar questões econômicas e sociais ligadas à agricultura, dentro de uma linguagem de amplo entendimento visando alargar o horizonte de difusão dos resultados da análise.
3. Conjuntura Agropecuária: procurando analisar as principais ocorrências do mês nas questões inerentes à produção e preços de cada produto e insumo, evidenciando as decisões de políticas públicas, dando um panorama das principais questões afetas à agricultura no mês.
4. Opinião Técnica: aberta ao posicionamento pessoal de cada técnico ou grupo deles sobre questões técnicas de caráter econômico e social da produção na agricultura.
5. Preços Agrícolas: apresentará análise de evolução dos principais índices de preços agrícolas e quadros com dados de preços e índices produzidos pelo IEA.
6. Legislação Agrícola: apresentará as principais ocorrências da política agrícola e as principais medidas governamentais (determinações registradas no mês).

A revista Informações Econômicas terá em alguns dos seus números seções especiais para tratar de assuntos específicos. A seção Estatística da Produção será publicada sempre que a divulgação de estatísticas da produção e de previsões e estimativas de safra o exigir. A seção Custo de Produção será publicada na época de relevância de divulgação desses levantamentos. O mesmo ocorrerá com os Prognósticos para cada safra.

C - Suplementos

Os suplementos de cada periódico são destinados à publicação de textos mais volumosos e serão tratados separadamente como um fascículo à parte. No caso da revista Agricultura em São Paulo, o suplemento trará monografias ou conjuntos de textos cujo número de páginas impeça que façam parte do corpo de cada tomo. O mesmo ocorre na revista Informações Econômicas, cujos suplementos comportarão textos com grande volume de informações estatísticas sistematizadas e colocadas à disposição dos interessados.

TABELA DE PREÇOS DOS PERIÓDICOS DO IEA⁽¹⁾

Publicação	Brasil	Exterior
	NCz\$ por Unidade	US\$ por Unidade
Rev. Agricultura em São Paulo ⁽²⁾	63,00	8,00
Rev. Informações Econômicas ⁽³⁾	48,00	6,00
Suplementos e Separatas ⁽⁴⁾		
Até 50 páginas	31,00	4,00
de 51 a 100 páginas	70,00	9,00
de 101 a 200 páginas	94,00	12,00
acima de 200 páginas	125,00	16,00

(1) Preços válidos de 01/12/89 a 31/12/89, após essa data serão reajustados; confirmar nova tabela pelo telefone (011) 275-3433 Ramal 255 com Sueli.

(2) A assinatura anual (2 tomos) de Agricultura em São Paulo custa NCz\$126,00 no Território Nacional e US\$16,00 no exterior.

(3) A assinatura anual (12 fascículos) de Informações Econômicas custa NCz\$192,00 no Território Nacional e US\$40,00 no exterior.

(4) São vendidos separadamente e não obedecem a periodicidade.

PUBLICAÇÕES DO IEA – Ficha de Cadastramento
Assinatura e/ou Aquisição Avulsa de Periódicos⁽¹⁾

Publicações solicitadas: (queira assinalar com um X no quadrinho)

- Agricultura em São Paulo (anos)
 Relatório de Pesquisa (nºs)
 Informações Econômicas (assinatura anual: 12 números)
 Informações Econômicas (Exemplares avulsos nºs)

Nome:

Endereço:(rua, nº, andar, etc)

Caixa Postal nº

Cidade:

CEP: Estado (sigla)

Ramo de atividades (favor preencher este item, de importância para nosso cadastramento):
.....
.....
.....

Estou fazendo a remessa de NCz\$ (.....)

.....) referente às aquisições acima através de:

cheque próprio nº do Banco

cheque comprado nº do Banco

ordem de pagamento nº do Banco

agência: (nº)

Vale postal nº

Nome legível e assinatura do informante

⁽¹⁾ A aquisição desses periódicos podem ser feitas no balcão do IEA; ou então por correspondência, mediante envio de cheque próprio, cheque comprado, ordem de pagamento ou vale postal, pagáveis na Cidade de São Paulo, em nome do FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DO INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, acompanhado deste formulário preenchido de modo claro e completo. Enviar para: FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DO INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, Caixa Postal nº 8114 – CEP 01051 – São Paulo – SP.

Qualquer esclarecimento adicional consultar:

Instituto de Economia Agrícola

Divisão de Apoio à Pesquisa

Caixa Postal 8114

01051 – São Paulo – SP

Telefone: (011) 276-9266

Telex: (011) 1157462 – SAGR – BR



Este documento foi lançado em 19/12/89 no
Evento: **"Prognóstico Agrícola: Produção Animal e
Culturas Perenes"**, realizado com apoio da **Funda-
ção de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuá-
ria – FUNDEPAG**